



**Filipa Andreia  
Abrantes Soutinho**

**A ÉTICA NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL-  
- O CONCELHO DE VISEU**

**DOCUMENTO  
PROVISÓRIO**



**Filipa Andreia  
Abrantes Soutinho**

**A ÉTICA NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL-  
- O CONCELHO DE VISEU**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica de Alberto Jorge Daniel Resende Costa, Equiparado a Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro e Graça Maria do Carmo Azevedo, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro.

Aos meus pais por nunca me deixarem desistir.

## **Júri**

Presidente

**Pof. Doutor João Francisco Carvalho de Sousa**  
Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro

Orientador

**Mestre Alberto Jorge Daniel Resende Costa**  
Equiparado a Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro

Coorientadora

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo**  
Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro

Arguente

**Prof. Doutor Manuel Emílio Mota de Almeida Castelo Branco**  
Professor Auxiliar da Faculdade de Economia do Porto

## **agradecimentos**

Primeiramente queria agradecer aos meus professores e orientadores, Professores Alberto Costa e Graça Azevedo, pela motivação e atenção dedicada ao longo destes últimos meses.

Aos meus pais, irmã e noivo pela paciência e compreensão, pelo espírito de luta que me inculcaram quando o fracasso e a desilusão pretendiam que me afastasse dos meus propósitos.

Por fim, e não menos importante, a todos os meus amigos pelo apoio incansável, em especial ao Paulo, à Rita e ao Zé pela sua disponibilidade e pelo seu auxílio para que fosse possível realizar esta Dissertação.

**palavras-chave**

Ética, Ética empresarial, construção civil, construtores, comportamento antiético, concelho de Viseu.

**resumo**

O setor da construção civil é um setor com grande peso económico devido às suas características, que potenciam o crescimento, não só económico mas também de bem-estar social e qualidade de vida. Relacionar questões éticas com este setor de atividade numa altura em que se atravessa uma crise financeira revela-se de extrema importância.

A presente Dissertação tem como objetivo aferir sobre o conhecimento e a aplicação de comportamentos éticos no setor da construção civil. Para o efeito, foi efetuado um questionário a 50 empresas do setor no concelho de Viseu.

Os principais resultados obtidos permitem-nos concluir que os empreiteiros da construção civil, do concelho de Viseu, revelam preocupação por questões de índole ética no decorrer da sua atividade e, como tal, consideram que um código de ética é importante para a sua empresa. Contudo, a maioria dos empreiteiros inquiridos não tem acesso a qualquer código de ética, nem nunca aplicou nenhum.

Por outro lado podemos também concluir que a existência de comportamentos antiéticos no setor da construção é explicada pela elevada carga fiscal e contributiva assim como pela forte concorrência existente no setor, aliada à crise económica nacional e internacional a que se assiste atualmente.

**keywords**

Ethics, Business ethics, construction, builders, unethical behavior, municipality of Viseu

**abstract**

The construction industry is an industry with great economic importance due to its characteristics, which enhance the growth, not only economic but also social well-being and quality of life. Ethical issues relating to this sector of activity at a time when you cross a financial crisis appears to be of utmost importance.

This thesis aims to assess on the knowledge and application of ethical behavior in the construction industry. For this purpose, a questionnaire was made to 50 companies in the municipality of Viseu.

The main results obtained allow us to conclude that the construction contractors, in the district of Viseu, show concern for issues of ethical nature in the course of their activity and, as such, consider that a code of ethics is important for their company. However, the majority of contractors surveyed does not have access to any code of ethics, and never applied any.

On the other hand we can also conclude that the existence of unethical behavior in the construction sector is explained by the high tax and contribution as well as by strong competition in the industry, together with national and international economic crisis that we are witnessing today.

## Índice

<b>ÍNDICE .....</b>	<b>VIII</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS.....</b>	<b>IX</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS.....</b>	<b>XI</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPITULO 1. REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>5</b>
<b>1.1. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM PORTUGAL .....</b>	<b>5</b>
1.1.1. Delimitação do setor da construção civil.....	5
1.1.2. Particularidades do setor.....	6
1.1.3. Segmentação produtiva .....	9
1.1.4. Tecido empresarial e mercado de trabalho .....	11
1.1.5. Evolução do setor.....	14
1.1.6. Principais dificuldades do setor .....	17
1.1.7. Situação atual e perspetivas futuras .....	20
1.1.8. O setor da construção civil na região de Viseu.....	22
<b>1.2. NOÇÃO DE ÉTICA E ÉTICA EMPRESARIAL .....</b>	<b>24</b>
1.2.1. Noção de ética .....	24
1.2.2. A ética empresarial.....	30
<b>1.3. ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE ÉTICA NA CONSTRUÇÃO CIVIL.....</b>	<b>33</b>
<b>CAPITULO 2. METODOLOGIA.....</b>	<b>41</b>
<b>2.1. SELEÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA .....</b>	<b>41</b>
<b>2.2. OBJETIVOS E METODOLOGIA .....</b>	<b>44</b>
<b>CAPITULO 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>47</b>
<b>3.1. IMPORTÂNCIA DADA A ORGANISMOS PROFISSIONAIS DE CONSTRUÇÃO....</b>	<b>47</b>
<b>3.2. ÉTICA E A PROFISSÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>3.3. COMPARAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS OBTIDOS E AS CONCLUSÕES DE ESTUDOS INTERNACIONAIS RELACIONADOS COM O TEMA .....</b>	<b>74</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>81</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>91</b>
<b>Tabela A - Anos de experiência no ramo .....</b>	<b>95</b>
<b>Tabela B - Relação entre idade e habilitações .....</b>	<b>95</b>
<b>Tabela C - Relação entre habilitações e anos de experiência no ramo .....</b>	<b>95</b>
<b>Tabela D - Obstáculos à atividade de construção civil.....</b>	<b>96</b>



## Índice de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> - Peso dos segmentos da construção em 2010 (%) .....	10
<b>Gráfico 2</b> - Evolução do segmento da reabilitação e manutenção no total da construção (%) .....	11
<b>Gráfico 3</b> - Estrutura empresarial de 2001 a 2003.....	12
<b>Gráfico 4</b> - Evolução do segmento residencial no período de 2008 – 2013 segundo o total da população (%).....	15
<b>Gráfico 5</b> - Peso dos segmentos da construção no período de 2007 a 2013, para Portugal (%) .....	16
<b>Gráfico 6</b> - Portugal: Taxa de crescimento da construção não residencial (%) ...	17
<b>Gráfico 7</b> - Idade.....	42
<b>Gráfico 8</b> - Habilitações .....	43
<b>Gráfico 9</b> - Forma Jurídica.....	44
<b>Gráfico 10</b> - Recorre a organismos profissionais.....	47
<b>Gráfico 11</b> - Pertence a alguma associação.....	48
<b>Gráfico 12</b> - Acesso a código de ética.....	49
<b>Gráfico 13</b> - Já testemunhou comportamentos antiéticos .....	50
<b>Gráfico 14</b> - Preços inferiores aos da concorrência.....	50
<b>Gráfico 15</b> - Compra de material de qualidade inferior ao que é adjudicado.....	51
<b>Gráfico 16</b> - Compra de materiais ou equipamentos sem fatura .....	51
<b>Gráfico 17</b> - As associações devem alertar para questões éticas .....	53
<b>Gráfico 18</b> - As associações devem ter um código de ética para os seus associados .....	54
<b>Gráfico 19</b> - Importância de um código de ética para a construção civil .....	55
<b>Gráfico 20</b> - Importância das questões éticas para as empresas.....	55
<b>Gráfico 21</b> - Contribuição dos comportamentos éticos para o sucesso das empresas.....	56
<b>Gráfico 22</b> - O pensamento “se não podes vencê-los, junta-te a eles” é comum no setor da construção.....	57
<b>Gráfico 23</b> - É difícil ter comportamentos éticos no setor da construção.....	58
<b>Gráfico 24</b> - Elevadas contribuições sociais.....	59

<b>Gráfico 25</b> - Elevada carga fiscal.....	60
<b>Gráfico 26</b> - Crise económica e financeira internacional e nacional .....	61
<b>Gráfico 27</b> - Fraco sistema de responsabilização e fiscalização .....	61
<b>Gráfico 28</b> - Forte Concorrência .....	62
<b>Gráfico 29</b> - Pressão dos clientes.....	63
<b>Gráfico 30</b> - Pressão Fornecedores .....	63
<b>Gráfico 31</b> - Pressão dos colaboradores .....	64
<b>Gráfico 32</b> - Os interesses de um dado cliente sobrepõem-se aos interesses do público .....	65
<b>Gráfico 33</b> - Uma decisão que melhora a empresa do ponto de vista financeiro prevalece sobre valores pessoais .....	66
<b>Gráfico 34</b> - Os comportamentos antiéticos podem ser minimizados.....	69

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1</b> - Idade <i>versus</i> Anos de Experiência no Ramo .....	42
<b>Tabela 2</b> - Relação entre quem pertence e quem recorre a alguma associação .	48
<b>Tabela 3</b> - Relação entre as habilitações dos inquiridos e quem testemunhou a concretização de obras sem faturação ou com faturação parcial.....	52
<b>Tabela 4</b> - Relação da questão “anos de experiência no ramo” com a questão “se não podes vencê-los, junta-te a eles” é comum. ....	57
<b>Tabela 5</b> - Relação entre ter testemunhado algum comportamento antiético e ser difícil ter comportamentos antiéticos no setor da construção. ....	58
<b>Tabela 6</b> - Relação entre ter testemunhado algum comportamento antiético e a afirmação “negócios éticos não criam boas oportunidades de trabalho” .....	67
<b>Tabela 7</b> - O setor da construção civil é constantemente desafiado a nível ético	68
<b>Tabela 8</b> - Nos últimos anos o comportamento antiético tem aumentado .....	68
<b>Tabela 9</b> - A quebra de confiança e reputação no setor da construção civil como consequências negativas do comportamento antiético .....	69
<b>Tabela 10</b> - Regulamentação e fiscalização .....	70
<b>Tabela 11</b> - Formação ética para construtores .....	70
<b>Tabela 12</b> - Existência de códigos de ética para a profissão .....	71
<b>Tabela 13</b> - Penas pesadas para quem infringir .....	71
<b>Tabela 14</b> - Mudança de mentalidade da sociedade em geral.....	72
<b>Tabela 15</b> - Sistemas de denúncia eficazes .....	72
<b>Tabela 16</b> - Ênfase na ética e na responsabilização dos critérios de adjudicação .....	73
<b>Tabela 17</b> - Mudança na legislação contributiva .....	74

## **Introdução**

O setor económico da construção civil é, à semelhança de outros países, o setor que mais contribui para o crescimento económico-social de uma população<sup>1</sup>. Pela extrema importância que este setor representa para qualquer país, devido às suas características, que potenciam o crescimento, não só económico mas também de bem-estar social e qualidade de vida, foram analisadas as principais questões a nível ético que mais preocupam os profissionais deste ramo. Acredita-se que os problemas de ordem ética podem colocar em risco o bom funcionamento da atividade do setor e como tal, a diminuição subsequente da sua contribuição para o desenvolvimento do país. Desde os estudos internacionais analisados, como revisão da literatura, até ao presente estudo, são definidas as causas do comportamento antiético existente neste setor assim como é expressa a opinião dos construtores civis relativamente a possíveis medidas minimizadoras dos problemas éticos com que se deparam. Neste trabalho reflete-se um estudo realizado a uma pequena amostra de construtores civis do concelho de Viseu, típica da realidade regional.

Desta forma, a estrutura deste trabalho é composta por uma primeira parte em que se caracteriza o setor da construção civil em Portugal, com relevo para este setor económico no concelho de Viseu. Seguidamente apresenta-se um conjunto de estudos sobre o tema da ética empresarial na construção civil efetuados à escala internacional e que serviram de mote para a realização do presente trabalho, em que o método escolhido, à semelhança dos mesmos, foi a investigação por questionário. Realizou-se assim, um estudo em que foram inquiridos 50 empreiteiros do concelho de Viseu sobre questões éticas na sua profissão. O objetivo deste estudo, mais do que perceber a tendência do comportamento ético num setor económico de tão grande envergadura, é alertar para este tipo de questões por forma a poder-se objetivar medidas futuras para que a ética tenha um lugar cada vez mais merecido e compensador, a longo prazo, na construção civil em Portugal.

---

<sup>1</sup> A nível Europeu, de acordo com os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), nos últimos

Através de uma análise atenta à caracterização do setor da construção civil (Capítulo 1), facilmente se chega à conclusão que esta indústria é a mais rica no que respeita à sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento económico, social e financeiro de um país. Este setor é capaz de proporcionar aquilo que as pessoas mais necessitam. É através da construção de grandes infraestruturas, como por exemplo pontes ou barragens, que se fornece energia e se estreitam distâncias. É com edifícios, tanto habitacionais como de utilidade social (hospitais e escolas) ou de cultura (teatros e museus), que se alcança o conhecimento, a saúde e o bem-estar social. Para além disto, é um setor impulsionador da economia na medida em que com ele se relacionam muitos outros setores económicos, quer a montante quer a jusante. Finalmente e não menos importante, é um facto de que o valor incalculável da vida humana se encontra muitas vezes à mercê da atividade de construção. Por tudo isto, é necessário que este setor continue a representar uma mais-valia para a sociedade e que desempenhe o seu papel de forma responsável, profissional, íntegra, justa e honesta. É importante que o faça pois, em períodos de recessão económica como o que estamos a viver atualmente, é fundamental a existência de um padrão ético de conduta que seja comum a todos os profissionais da construção sob pena das economias designadas paralelas crescerem e, conseqüentemente, períodos de crescimento económico demorem a emergir.

Um estudo sobre a ética empresarial aliada à construção civil no nosso país, pensa-se ser de extrema importância, pertinência e utilidade. Com este estudo pretende-se diagnosticar a realidade que os profissionais do ramo da construção civil enfrentam quanto a questões éticas. Estas questões estão relacionadas com a concretização de obras que têm como cliente o setor privado ou, como se diz em linguagem comum, o consumidor final. Assim, este estudo tem como objetivo perceber se os empreiteiros têm em consideração questões éticas na sua profissão; se as suas práticas laborais são guiadas por algum código de conduta ética, tanto da empresa onde trabalham como das associações de que poderão ser membros; determinar a existência ou não de comportamentos antiéticos e se existirem, determinar quais são; identificar os motivos que os levam a agir de forma antiética; promover contributos procurando soluções e medidas concretas

que combatam esta situação e que protejam os interesses dos empreiteiros e os do público em geral.

Assim o presente trabalho pretende dar resposta às seguintes interrogações:

- Os profissionais da construção civil conhecem práticas profissionais éticas através de códigos de conduta ética para a profissão?
- Os profissionais da construção civil atuam de acordo com práticas profissionais éticas?
- Quais são os comportamentos antiéticos mais frequentes no setor da construção civil?
- O que leva um profissional da construção civil a agir de forma antiética?

Os profissionais da construção civil escolhidos para este estudo, de entre várias categorias profissionais existentes no setor, foram os empreiteiros.

Para dar resposta a estas questões e verificar se os empreiteiros consideram ou não a importância das questões éticas na sua atividade (no que respeita à concretização de obras destinadas ao setor privado), realizou-se um estudo que teve como base a análise de dados obtidos através de um questionário.

Numa primeira fase desta investigação, como a seguir se apresenta, foi realizado um levantamento da literatura já existente acerca desta temática (a ética e a ética no setor da construção civil) e acerca da caracterização do setor de forma global (em Portugal) e em particular (na região de Viseu). Apenas depois destes passos terem sido dados é que foi elaborado o inquérito por questionário, tendo como mote e linha orientadora os estudos que se efetuaram a nível internacional sobre o mesmo tema. Os estudos citados foram aplicados com a metodologia apresentada.

O inquérito por questionário foi preenchido por cinquenta empreiteiros, distribuídos pelo concelho de Viseu, responsáveis por empresas cuja atividade económica pertence à construção civil. Esse número de inquiridos, serviu de amostra para assim se poder traçar um perfil generalizado de atitudes e de opiniões dos construtores civis do concelho de Viseu. As questões contempladas

no questionário incidiram sobre factos e opiniões e optou-se pelo tipo de questões fechadas visto ser o método mais fácil para a obtenção de respostas.

As respostas a esses inquéritos foram transpostas para uma base de dados no *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), a fim de se proceder à sua análise. Desta forma, conseguiu-se obter perceções e opiniões dos construtores civis do concelho de Viseu em relação a questões de ordem ética na sua profissão. Entre outras conclusões, determinou-se quais são os principais comportamentos antiéticos existentes no setor, quais as possíveis causas da sua existência e quais as soluções que são mais viáveis para, de alguma forma, os poder minimizar. Neste trabalho serão apresentadas Tabelas de Frequências, Gráficos de Barras e Circulares como resumo e descrição global dos dados, por forma a espelhar, de forma mais adequada, os resultados obtidos.

## **Capítulo 1. Revisão da literatura**

Neste primeiro capítulo é efetuado o enquadramento teórico do tema da presente dissertação. Descreve-se a forma como o setor económico da construção civil é caracterizado e quais os principais conceitos sobre ética, tanto de um ponto de vista geral, como particular ou aplicado, com é o caso da ética empresarial. Por fim, dá-se a conhecer a realidade conjunta destas duas matérias, por forma a compreender o que a nível internacional já se estudou sobre ética no setor da construção civil.

### **1.1. Caracterização do setor da construção civil em Portugal**

Uma vez que se pretende debruçar sobre a ética aplicada, em especial, a este setor económico, não se pode deixar de conhecer e entender a sua essência, organização e estrutura. Assim, apresentar-se-á, seguidamente, a caracterização do setor da construção civil tendo em conta a sua delimitação, as suas particularidades, o modo como se segmenta, o seu tecido empresarial e mercado de trabalho, a sua evolução ao longo dos últimos anos, assim como as suas principais dificuldades, a sua situação atual e perspetivas futuras. Por fim analisar-se-á de forma sucinta a evolução deste setor na região de Viseu.

#### **1.1.1. Delimitação do setor da construção civil**

Segundo a classificação portuguesa das atividades económicas (CAE- Rev. 3) elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2007) o setor da construção civil é constituído pelos seguintes subsectores: construção de edifícios, engenharia civil e atividades especializadas de construção.

Quanto à construção de edifícios, esta compreende a construção de todos os tipos de edifícios residenciais (edifícios de habitação unifamiliar e multifamiliar) e não residenciais (edifícios cobertos para a produção industrial, hospitais, escolas, edifícios para escritórios, hotéis, armazéns, edifícios comerciais, restaurantes, edifícios dos aeroportos, edifícios para desportos em locais cobertos, piscinas cobertas, garagens, edifícios para fins religiosos e outros), executados por conta própria ou em regime de empreitada ou subempreitada, de parte ou de todo o processo de construção. Inclui também a ampliação, reparação, transformação e



restauro de edifícios, assim como a montagem de edifícios pré-fabricados. Se houver ligação da construção à promoção imobiliária tem que se reunir meios técnicos, jurídicos e financeiros para realizar a construção de edifícios com vista à venda.

A engenharia civil compreende a construção de estradas, pontes, túneis, pistas de aeroportos e vias férreas, a construção de redes de transporte de águas, de esgotos, de distribuição de energia, de telecomunicações e de outras redes, assim como a engenharia hidráulica.

As atividades especializadas de construção são aquelas que albergam a demolição, preparação dos locais de construção, perfurações, construção de fundações, preparação de armações de ferro para a construção no local da obra, instalação elétrica e de canalizações, acabamento de edifícios (colocação de vidros, estucagem, pintura e decoração, revestimento de pavimentos e paredes, montagem de trabalhos de carpintaria, serralharia e de caixilharia, lareiras, trabalhos ornamentais e arquitetónicos; coberturas, etc.) e trabalhos de instalação dos equipamentos técnicos necessários ao funcionamento de qualquer obra de construção (climatização, instalação de antenas, elevadores, escadas rolantes, portas giratórias, para-raios, obras de isolamento, etc.). Inclui a reparação das atividades especializadas de construção aqui incluídas, assim como o aluguer de equipamento de construção e de demolição com operador.

### **1.1.2. Particularidades do setor**

Para Mereno et al. (1999), a construção civil possui uma série de características que não se encontram facilmente noutra atividade e que, cumulativamente, lhe conferem a posição particular que detém na economia nacional e internacional.

A atividade da construção civil é uma atividade económica com características muito peculiares e com uma grande diversidade de elementos tais como: clientes (que tanto podem ser do setor público como do setor privado, das grandes empresas às mais pequenas), projetos (pois cada obra é diferente de todas as outras e por esta razão torna-se difícil a standardização do produto final),

produtos (que podem ir desde uma habitação ou um escritório até estradas, escolas, hospitais ou barragens), operações produtivas (onde o produto final resulta da interação entre várias outras atividades), tecnologias (intervenção numa empreitada de diversas especialidades em que coexistem tecnologias novas e antigas) e unidades produtivas (em que grandes empresas podem laborar a partir de pequenas empresas onde a tecnologia é mais débil) (Baganha et al., 2000).

O setor da construção civil é considerado o setor impulsionador da economia portuguesa, cuja procura está diretamente relacionada com o desenvolvimento económico e social do país; como tal, este setor é muito sensível às variações decorrentes dessa conjuntura (Cruz, 2007).

Assim, a construção revela-se uma atividade extremamente cíclica e influenciada pela conjuntura económica de um país e sua evolução (Baganha et al., 2000).

Esta importância do setor perante a economia nacional é acrescida pelo facto de este ter uma influência direta no volume de negócios de outros setores de atividade que se encontram a montante, nos produtos (matérias-primas de construção como o cimento, o aço, o vidro, as tintas, a madeira, nos materiais de construção e também no restante equipamento necessário para poder exercer a atividade) e nos serviços (arquitetura, consultoria, engenharia); a jusante, nos produtos (mobiliário, decoração, eletrodomésticos, mediação imobiliária) e nos serviços (aquecimento, refrigeração de ar e sua manutenção) configurando assim uma das maiores cadeias de interdependência. Desta forma, é fácil depreender que a produção do setor da construção gera efeitos multiplicadores nas atividades a montante e a jusante, ou seja, a variação da atividade da construção é ampliada tanto positiva como negativamente em fases ascendentes ou descendentes da economia, respetivamente (Baganha et al., 2000).

O volume de negócios deste setor é estimulado, em grande medida, pelos poderes públicos pois o Estado é o seu principal cliente. Para além da procura da produção deste setor estar fortemente relacionada com o investimento do setor público e dos restantes setores de atividade (a montante e a jusante), a procura

da construção está ainda relacionada com o nível das taxas de juro dos créditos e da poupança da população (Tabela D).

No entanto, não se pode deixar de dar ainda a este setor uma consideração superior pois desempenha um papel primordial no que toca ao bem-estar social e económico da população por via da melhoria da acessibilidade a infraestruturas básicas como a habitação e a educação, pela diminuição de distâncias através das vias de comunicação, ou simplesmente pela melhoria das condições de laboração de outras indústrias (Instituto para a Inovação na Formação, 2000).

Neste setor, utilizou-se durante muitos anos uma substância que se chama amianto<sup>2</sup>. O amianto começou a ser utilizado pelos construtores no final do século XIX devido às suas boas características de resistência mecânica, de comportamento ao fogo e isolamento sonoro. Nas últimas décadas descobriu-se que este material era muito prejudicial para a saúde humana e em Portugal, tal como na maioria dos países que tradicionalmente recorriam a este material de construção, foi proibido o seu uso (Vargas, 2012).

Segundo o “portal da construção”<sup>3</sup>, um portal agregador de conteúdos relacionados com as áreas de construção civil, arquitetura e engenharia civil, existe diversa legislação europeia dedicada ao amianto transposta para a lei nacional. A legislação europeia neste domínio tem sido produzida sempre no sentido de proibir o uso de amianto e de impor padrões rígidos para a proteção dos trabalhadores quando estes possam estar expostos a esta substância.

A construção civil em Portugal é representada pelas seguintes associações/entidades: AECOPS (Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas); AICCOPN (Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas); FEDICOP (Federação Portuguesa da Indústria de construção Civil e Obras Públicas), da qual fazem parte a AICCOPN e a AECOPS, e INCI (Instituto Nacional da Construção e do Imobiliário).

---

<sup>2</sup> O amianto é uma fibra natural presente em minas. Barato e resistente ao calor e ao fogo, é misturado ao cimento para construção de telhas e pisos.

<sup>3</sup> [www.portaldaconstrucao.com](http://www.portaldaconstrucao.com)

### **1.1.3. Segmentação produtiva**

A atividade de construção civil e obras públicas consiste, genericamente, na construção nova ou na demolição, reabilitação e conservação. A construção nova pode ser delimitada por obras públicas (edifícios como hospitais e escolas ou vias de comunicação como pontes e metros ou barragens como é o caso da energia hidráulica) e obras privadas residenciais e não residenciais (edifícios habitacionais ou edifícios para a indústria, comércio e escritórios). É desta forma que surge a segmentação da construção ao nível da produção, isto é, a delimitação proposta para este setor é constituída por quatro segmentos: construção de edifícios residenciais, construção de edifícios não residenciais, obras de engenharia civil e reabilitação e manutenção (Instituto para a Inovação na Formação, 2000).

Relativamente ao segmento da construção de edifícios residenciais, o nível da taxa de juro e os incentivos ao crédito à habitação, assim como o regime de arrendamento urbano determinam o seu ritmo de crescimento (Tabela D).

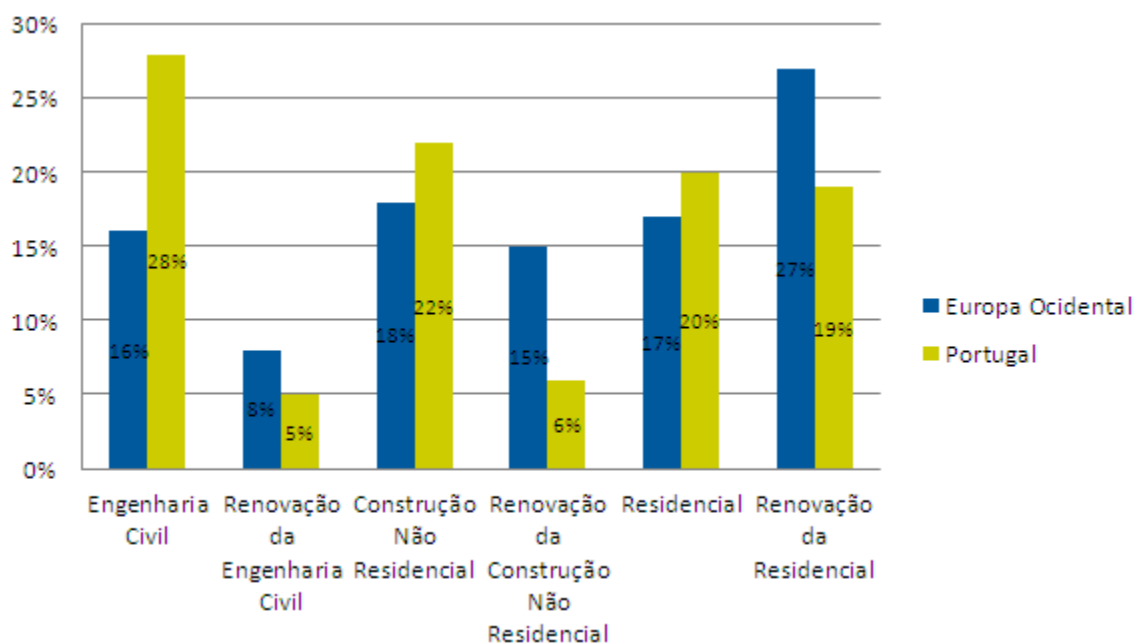
A construção não residencial subdivide-se, por sua vez, quanto ao tipo de cliente, que pode ser tanto do setor privado como do setor público. A evolução deste segmento, no setor privado depende, em larga medida, do comportamento da economia pois uma parcela significativa deste segmento diz respeito a instalações industriais, comerciais e instalações para escritórios e empresas. A outra componente deste segmento que corresponde aos edifícios públicos (hospitais, escolas, e outros edifícios destinados a satisfazer as necessidades coletivas da população) revela um comportamento mais próximo do segmento das obras de engenharia civil pois estas estão dependentes de fundos estruturais e restrições orçamentais. A política de coesão económica e social levada a cabo pela União Europeia e que se traduziu na transferência de avultados fundos estruturais, assumiu, na década de noventa, um papel preponderante na evolução positiva verificada neste segmento (Instituto para a Inovação na Formação, 2000).

O segmento da engenharia civil representa as obras públicas de maior envergadura como autoestradas, pontes, túneis, metros, aquedutos, saneamentos, barragens, redes de gás natural, aeroportos e também teve um crescimento muito dinâmico na década de noventa do século passado, devido aos

fundos comunitários referidos anteriormente, recebidos pelo Estado que, neste setor, é o seu principal promotor, constituindo também o impulso necessário neste segmento de mercado (Cruz, 2007).

Desta forma, o investimento público, quer para as obras não residenciais públicas quer para a maior parte da engenharia civil, depende das prioridades políticas determinadas em cada momento de acordo com o ciclo económico que se atravessa, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais. Conforme as prioridades, assim se intensifica ou reduz a procura pública e, conseqüentemente, a atividade do setor, dado o forte entrosamento entre ambos.

Por fim, o segmento da reabilitação e manutenção que tem vindo a crescer a nível nacional mas tem, mesmo assim, um peso inferior ao da média comunitária como se pode verificar através do Gráfico 1.

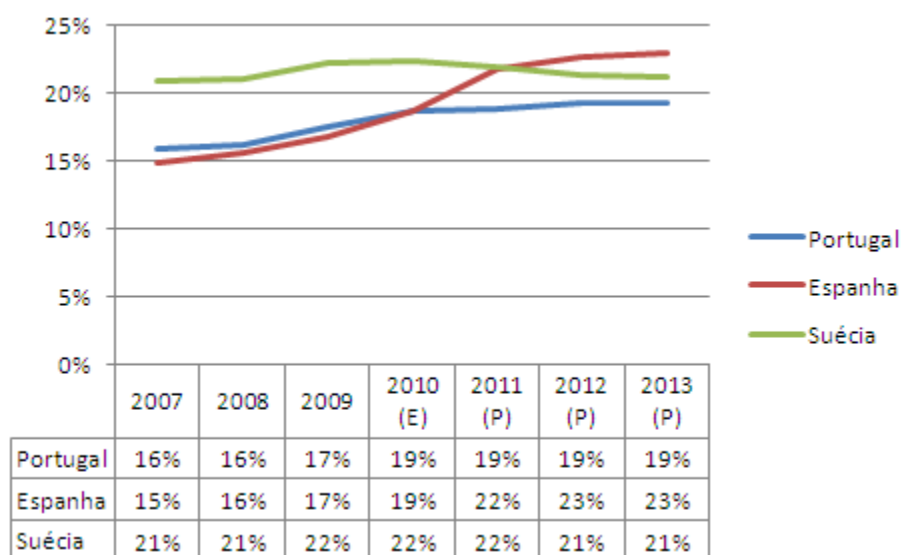


**Gráfico 1- Peso dos segmentos da construção em 2010 (%)**

Fonte: Euroconstruct<sup>4</sup>

<sup>4</sup> www.euroconstruct.org

Na maioria dos países europeus este tipo de trabalhos representava a maior fatia do total da produção do setor, sendo contudo este segmento a tendência que os países europeus seguem atualmente (Instituto para a Inovação na Formação 2000) como se pode constatar pela visualização do Gráfico 2.



**Gráfico 2** – Evolução do segmento da reabilitação e manutenção no total da construção (%)

Fonte: Euroconstruct<sup>1</sup>

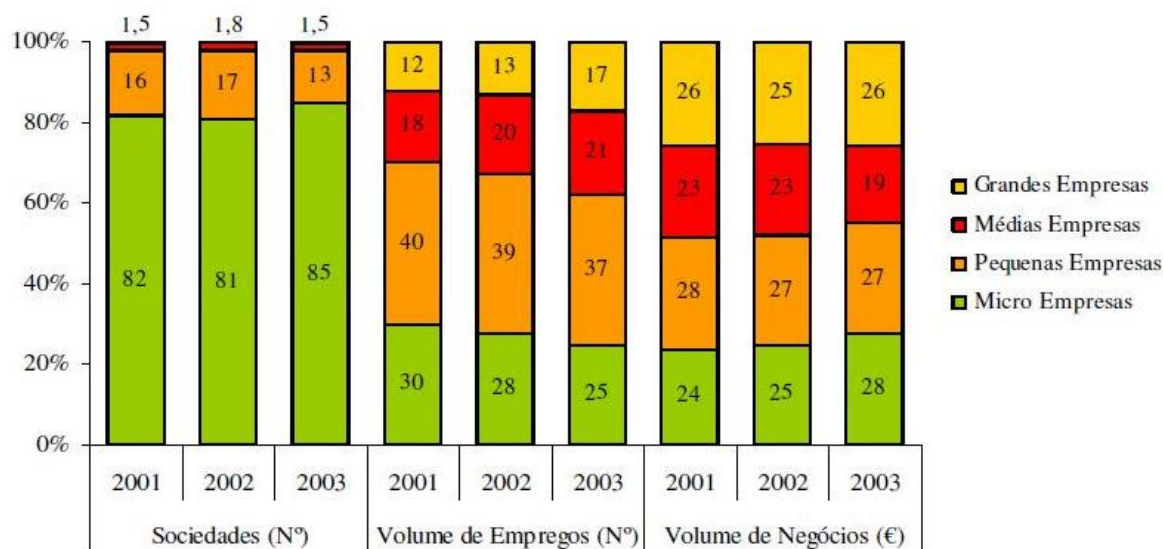
Moreno et al. (1999) sugerem ainda outra segmentação produtiva no sentido em que para os autores, em termos de produção, a realidade parece indicar a existência de um segmento “capital-intensivo” – o das obras públicas ou de engenharia civil – e outro “trabalho-intensivo” da construção de edifícios (residenciais e não-residenciais).

#### 1.1.4. Tecido empresarial e mercado de trabalho

Baganha et al. (2000) mencionam que, tradicionalmente, o setor da construção, em Portugal, tal como nos restantes países da União Europeia, assenta numa estrutura empresarial onde predominam as pequenas empresas, muitas vezes não especializadas, recorrendo, com frequência, a subempreitadas.

Da mesma forma, para Cruz (2007), o setor económico da construção civil é constituído essencialmente por micro e pequenas entidades que desempenham um papel importante nesta atividade económica devido ao seu elevado número.

Do outro lado, as médias e grandes empresas, que apesar de serem poucas relativamente às primeiras, contribuem para um elevado nível de emprego e volume de negócios (Gráfico 3).



**Gráfico 3 – Estrutura empresarial de 2001 a 2003**

Fonte: Adaptado de Anuário INE 2003<sup>5</sup>

Na indústria da construção, um número reduzido de médias e grandes empresas, dispersas, assegura uma parte significativa da produção a nível nacional, enquanto um elevado número de micro e pequenas empresas, mais concentradas, tomam conta das obras de mercado regional e local.

Uma das características mais importantes deste tipo de tecido empresarial tem a ver com o seu comportamento, dado que quando há expansão da economia as micro e pequenas empresas tendem a absorver um número significativo de trabalhadores sem recibos e sem encargos sociais, distorcendo completamente as regras da concorrência, fazendo pequenas obras ou empreitadas quase sem necessidade de investimento em equipamento. Em períodos de recessão económica, suspendem a atividade ou trabalham em empresas de maior dimensão, normalmente com contratos ou recurso a subempreitadas, sem alterações na sua capacidade instalada, conseguindo aumentos de produção

<sup>5</sup> Martins (2008), Análise do Setor da Construção Civil e Obras Públicas.

praticamente sem aumento de custos fixos mas com prejuízos claros para a qualidade do produto que fabricam (Instituto para a Inovação na Formação, 2000).

Em termos de emprego, a necessidade de uma maior competitividade levou a que as empresas optassem por diminuir os seus quadros de pessoal e passassem a fazer subempreitadas, deixando para o empreiteiro geral e para o dono da obra uma função de coordenação geral. Este facto fez com que houvesse uma reestruturação de mão-de-obra nas micro e pequenas empresas, que passaram a recrutar pessoal, que, perante condições de trabalho pouco remuneratórias no mercado formal, prefere uma remuneração mais alta mas sem contribuições sociais. Assim, este cenário atraiu um grupo diversificado de trabalhadores, designadamente trabalhadores nacionais qualificados ou semiquilificados mas também trabalhadores emigrantes (Baganha et al., 2000).

No que toca ao mercado de trabalho, o setor da construção civil divide-se em mercado primário e mercado secundário. No mercado primário a remuneração é acima da média do setor, a exposição a riscos de acidente é menor e existem prémios e gratificações. No mercado de trabalho secundário, as condições de trabalho são mais penosas, as remunerações são mais baixas e a sinistralidade é uma presença constante. O mercado de trabalho secundário está mais associado ao segmento de construção residencial enquanto o segmento das obras públicas, tanto engenharia civil como construção não residencial, está associado ao segmento de trabalho primário. Uma outra característica deste setor, quanto ao seu mercado de trabalho, reside no facto de ser um setor sem obstáculos à sua entrada, ou seja, qualquer pessoa, com ou sem formação na área, pode exercer a atividade quer por conta própria quer por conta de outrem (Moreno et al., 1999).

No setor da construção civil verifica-se que há uma forte correlação entre recessão económica e a designada economia paralela, ou seja, em tempos de recessão económica as empresas tendem a contratar mão-de-obra não declarada, que não cumpre os requisitos legais (contribuição para a segurança social e pagamento de imposto sobre o rendimento), tendo, por isso, um custo de produção menor, acumulando margens maiores (mesmo em períodos de crise). No entanto, há autores que defendem que um trabalhador, mesmo que se



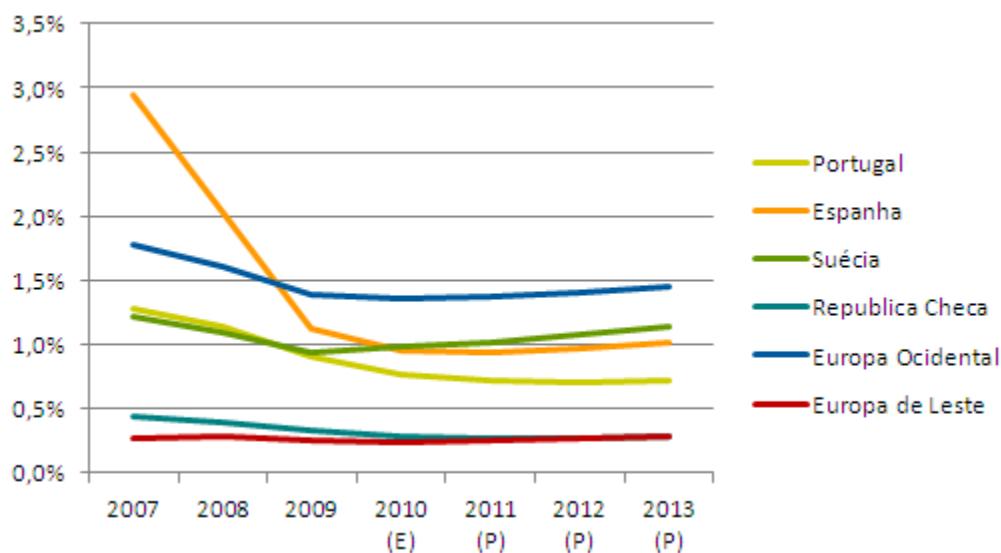
encontre numa situação irregular, contribuiu para a produção nacional através do seu trabalho e para o consumo privado através da sua família. Este fenómeno, se por um lado tem como consequência a concorrência desleal, por outro, emprega indivíduos que de outra forma estariam desempregados, representando a construção civil um dos poucos setores que consegue absorver certas tensões sociais como o desemprego, em tempos de crise, dando assim a este setor uma certa importância social. Contudo não se pode descurar as condições de trabalho que essa mão-de-obra necessita, ou seja, a questão da sobrevivência para estas pessoas não pode ser uma questão básica. A inspeção do trabalho e fiscalização levadas a cabo por organismos públicos, como por exemplo atualmente pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), tem em vista melhorar as condições de trabalho e a ocorrência de irregularidades no sentido de penalizar fortemente quem contribui para esta situação, tanto empregadores como trabalhadores (Moreno et al., 1999).

#### **1.1.5. Evolução do setor**

Nos últimos anos tem havido um abrandamento da procura, na Europa, de habitações (edifícios residenciais) devido às políticas fiscais bem como à incerteza das perspetivas de emprego e de rendimentos. Portugal segue esta tendência como se pode confirmar através do Gráfico 4.

A situação inverte-se quando se observa o segmento produtivo da reparação e manutenção, que há muito tem vindo a crescer na Europa e só agora Portugal tem vindo a seguir, também, esta tendência (Gráfico 2). Uma justificação para este facto pode relacionar-se com a cessação de fundos estruturais comunitários que beneficiaram Portugal, principalmente na década de noventa do século passado. Devido ao crescimento privado associado à retoma económica, o parque habitacional cresceu e concretizaram-se grandes obras públicas. À medida que foram cessando esses fundos e concluindo as grandes obras de infraestruturas (plano rodoviário nacional, rede ferroviária e de metropolitano, infraestruturas portuárias e aeroportuárias, ambiente e saneamento urbano, etc.), com a crise instalada desde 2008, iniciada nos Estados Unidos da América

(E.U.A.), assim como o reconhecimento da existência de uma saturação do mercado de novas habitações, foi decrescendo a construção residencial, não residencial e obras públicas em detrimento da reabilitação do edificado (Relatório sobre a Construção, INE, 2010).



**Gráfico 4 –** Evolução do segmento residencial no período de 2008 – 2013 segundo o total da população (%)

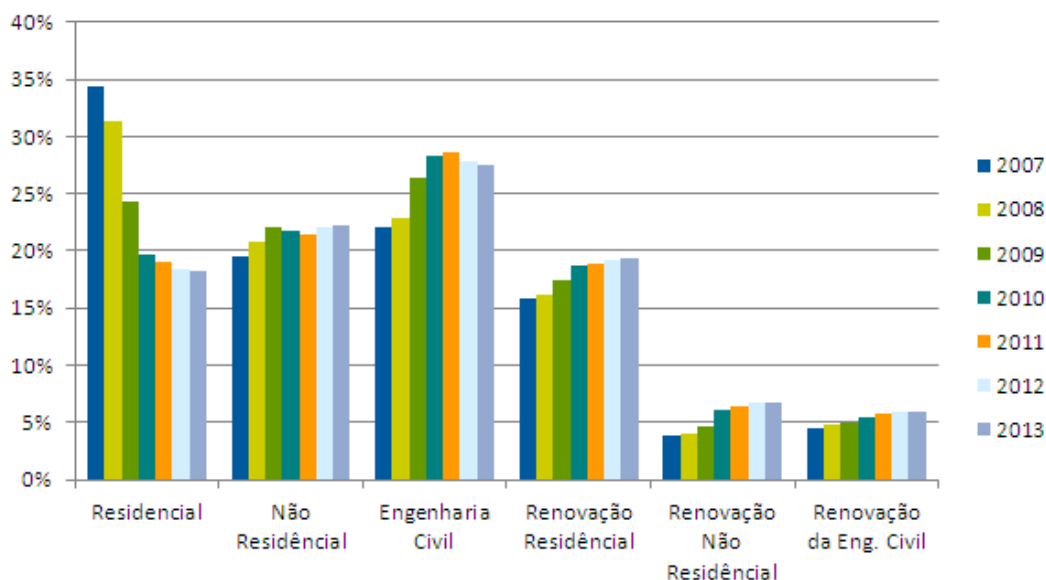
Fonte: Euroconstruct<sup>6</sup>

O segmento da reparação e conservação revela, portanto, uma propensão para a evolução no tempo, contrariamente ao que se verifica com a construção nova (residenciais, não residenciais e obras públicas), que vai diminuindo (Gráfico 4). Contudo, este fator é um processo evolutivo típico dos países em desenvolvimento, não se devendo por isso julgar que este facto está diretamente relacionado com períodos de recessão económica (embora atualmente seja um motivo paralelo). Portugal, como país industrializado, segue esta tendência. Aliás, tendência que se vai arrastando para outros países da Europa, como se pode verificar através da visualização do Gráfico 2.

De acordo com o Boletim Mensal de Economia Portuguesa (2011), segundo os dados do Euroconstruct prevê-se para Portugal, no período de 2011 a 2013, uma

<sup>6</sup> www.euroconstruct.org

recuperação do segmento da Manutenção e Recuperação, com maior destaque para recuperação da habitação como se pode verificar através do Gráfico 5.



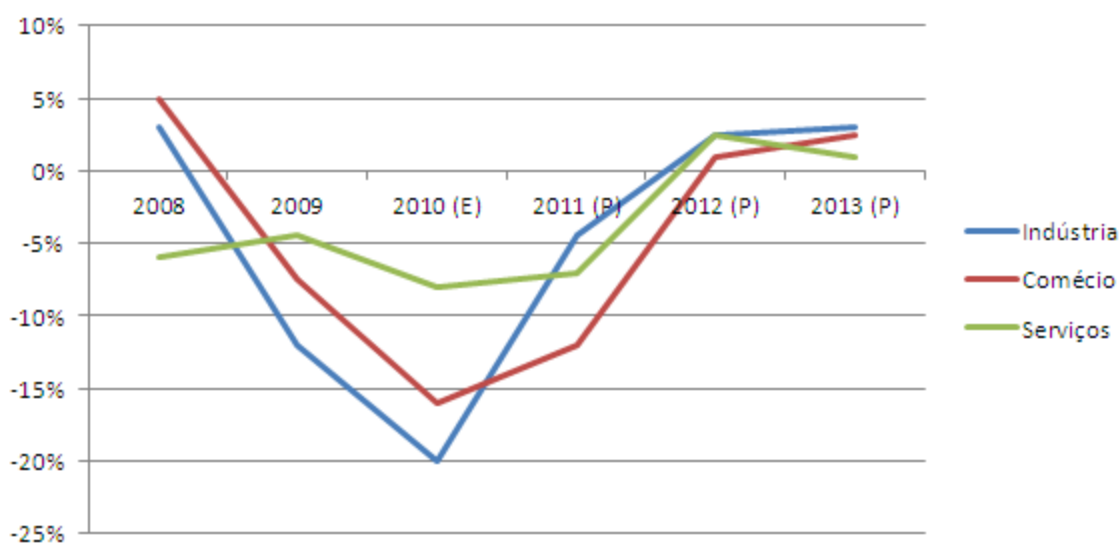
**Gráfico 5** - Peso dos segmentos da construção no período de 2007 a 2013, para Portugal (%)

Fonte: Euroconstruct<sup>7</sup>

Neste sentido, a situação de abrandamento da construção nova na economia nacional apresenta-se atualmente como um processo evolutivo, agravado, porém, pela conjuntura de recessão económica (Instituto para a Inovação na Formação, 2000).

No que toca à construção não residencial, de acordo com o Boletim Mensal de Economia Portuguesa (2011), teve um aumento considerável até 2008 mas com o surgimento da recessão económica internacional houve uma queda acentuada nos anos seguintes, esperando-se uma recuperação para 2012 e 2013 (Gráfico 6). De acordo com a mesma fonte, as maiores quedas verificaram-se em edifícios financiados pelo setor privado das áreas industrial, do comércio e dos serviços. Concretamente em Portugal destaca-se o setor industrial como aquele que mais contribuiu para a queda deste segmento da construção.

<sup>7</sup> www.euroconstruct.org



**Gráfico 6** – Portugal: Taxa de crescimento da construção não residencial (%)

Fonte: Euroconstruct<sup>8</sup>

### 1.1.6. Principais dificuldades do setor<sup>9</sup>

Na opinião de Moreno et al. (1999) as especificidades do setor em termos produtivos se, por um lado, contribuem para o seu posicionamento em termos económicos, por outro, contribuem também, em simultâneo, para que nele se verifiquem níveis de segmentação que podem originar enviesamentos, tanto produtivos como laborais, de que são exemplo as formas atípicas de emprego, muito expressivas neste setor. O facto de a construção civil ser caracterizada por um processo de produção descontínuo – cada obra é um caso, cada projeto é único – torna-a especial, mas também conduz a que se torne mais permeável ao incumprimento de uma serie de regulamentações que, noutros setores, são consideradas impossíveis de contornar. Por outro lado, ainda de acordo com os autores, a teia de relações entre empresas de maior dimensão e as mais pequenas, contribuem para um inter-relacionamento e para a potencialização da atividade onde a economia formal e informal coexistem.

De acordo com Afonso et al. (1998), a construção civil em Portugal enfrenta determinados problemas em vários campos: no campo dos recursos humanos, da

<sup>8</sup> [www.euroconstruct.org](http://www.euroconstruct.org)

<sup>9</sup> Este ponto inclui bibliografia algo desatualizada por ser a única disponível no momento. Reconhece-se a necessidade de adaptar as conclusões dos estudos mencionados à realidade atual.

inovação, no investimento e na produtividade, na gestão e na organização e por fim no seu meio envolvente.

No que diz respeito aos recursos humanos, os autores revelam que a construção se depara com a baixa qualificação dos trabalhadores, a percentagem significativa de emprego informal e não declarado e os elevados níveis de sinistralidade.

Relativamente à inovação, ao investimento e à produtividade, os autores apontam problemas como a má qualidade dos projetos, a ausência de standardização do produto, de uniformização de procedimentos e de normalização de produtos, as dificuldades de aprovisionamentos, os atrasos sistemáticos nas entregas e na qualidade das próprias matérias-primas incorporadas nos produtos da construção, o nível reduzido de investimento, o fraco peso relativo do investimento no setor da construção traduz-se na lentidão de novas tecnologias e processos produtivos, o fraco nível de investimento em investigação e desenvolvimento e a reduzida cooperação entre as empresas e as universidades.

No que toca à gestão e organização, as dificuldades que o setor enfrenta, segundo os autores, advêm da descapitalização das empresas do setor e do elevado nível de endividamento, da existência de reduzidas taxas de rentabilidade, da dispersão das atividades produtivas, que faz com que a gestão se processe de uma forma descentralizada ao nível dos estaleiros, da “má imagem” do setor, que afasta muitos potenciais empresários e investidores, o que contribui, ainda para o baixo nível de formação dos empresários da construção, da persistência de práticas sistemáticas de concorrência desleal, que origina um aviltamento permanente das margens e dos preços e da ausência de qualquer tipo de apoios ou incentivos a um setor de atividade económica claramente carenciado.

Por fim, no meio envolvente em que a construção civil opera, na opinião dos autores, as dificuldades surgem por via de uma fiscalidade excessivamente elevada, pelos atrasos sistemáticos nos pagamentos, por cargas administrativas e burocráticas excessivas, cuja lentidão prolonga desnecessariamente o ciclo económico necessário para a colocação dos produtos da construção no mercado,

pela inexistência de informação estatística credível e pela ausência de uma política concertada para o setor, através da qual o Estado (como principal dono de obra, como já se referiu anteriormente) pudesse contribuir para aumentar o nível de exigência em matéria de qualidade e evitar as oscilações na procura.

A baixa produtividade e o nível reduzido de competitividade do setor da construção vão refletir-se negativamente na qualidade e no preço dos produtos da construção. É indispensável apoiar a atividade produtiva neste setor, melhorar a qualificação da mão-de-obra, incentivar o investimento produtivo e modernização das empresas, num mercado que se deseja aberto e transparente à escala nacional e comunitária (Afonso et al., 1998).

Os mesmos autores apontam alguns desafios para fazer face a estas dificuldades, nomeadamente quanto ao “Investimento imaterial”, designadamente: apostar na educação e na formação profissional, na qualidade, na tecnologia, na gestão e nas condições de emprego, no desenvolvimento da cooperação industrial e na manutenção de um quadro de concorrência leal e na modernização da atuação dos poderes públicos.

A concorrência desleal e as formas atípicas de trabalho que se verificam neste setor são, como se referiu anteriormente, um dos problemas com que muitos profissionais deste ramo se deparam. Martins (2008) refere que as práticas antiéticas e ilegais impedem muitas vezes a competitividade justa e saudável no interior do setor da construção civil. De facto, a designada economia paralela tem um peso maior em períodos de recessão económica e por sua vez é mais abundante nos principais polos onde a oferta é mais elástica (nas grandes cidades como Lisboa e Porto), do que nas unidades de pequena dimensão (localizadas a nível regional). As zonas com índices mais elevados de rendimentos e de população, são zonas onde o recurso a trabalho precário e clandestino, bem como a prática de concorrência desleal associada a este facto, mais se evidencia (Instituto para a Inovação na Formação, 2000).

### **1.1.7. Situação atual e perspectivas futuras**

Segundo dados do Relatório Anual de Contas de 2010, publicado em Setembro de 2011 pela Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços (AECOPS), pelo nono ano consecutivo, observa-se uma redução na produção do setor da construção civil, situação claramente reveladora da difícil situação vivida pela generalidade dos agentes económicos ligados a este importante setor de atividade. A confirmar esta situação estão os mais baixos valores dos últimos nove anos para as suas carteiras de encomendas. Toda esta situação desfavorável deve-se, em grande parte, à forte quebra verificada nas vendas, particularmente no caso do segmento residencial (Gráfico 4), aos persistentes atrasos no pagamento e às crescentes dificuldades impostas pelos bancos no acesso ao crédito bancário (Tabela D), o que se tornou determinante para o agravamento da já difícil situação financeira das empresas do setor. O segmento da construção de edifícios residenciais continua a decrescer à semelhança dos últimos anos (Gráfico 4). Em termos acumulados este segmento já perdeu, desde 2002, cerca de 59% do seu volume de produção, correspondendo, em 2010 a apenas 29% do total da produção do setor, quando equivalia a 46,5% em 2001. Este segmento tem sido o mais fortemente penalizado pela crise financeira que se iniciou em 2008 a qual, tendo um forte impacto no sistema bancário, se veio a repercutir diretamente no mercado residencial, dadas as restrições impostas às famílias no acesso ao financiamento para compra de habitação (Tabela D). Este fator, associado às crescentes dificuldades económicas decorrentes do aumento do desemprego, bem como à grave crise de confiança que se instalou a nível geral, tem conduzido a uma redução drástica da procura de habitação.

Como resultado, igualmente, da grave crise económica que se abateu sobre o nosso país, a produção do segmento de edifícios não residenciais voltou a registar, em 2010, um sensível decréscimo em consequência da quebra verificada na sua componente privada (Gráfico 6). Na verdade, estando a tomada de decisões de investimento, nos agentes económicos privados, fortemente dependente da conjuntura económica, é facilmente compreensível que no atual contexto muitos agentes optem pelo adiamento de parte dos investimentos que

planeavam realizar. Só assim se justifica a quebra registada pela área total licenciada e destinada a fins não habitacionais.

A única atividade a contrastar com esta evolução é a componente pública da construção de edifícios não residenciais, a qual beneficia da execução do programa de reabilitação de edifícios escolares, a cargo da empresa Parque Escolar, que continuou com os seus trabalhos.

Para finalizar, também o volume dos trabalhos associados a obras de engenharia civil registou uma quebra durante o ano de 2010. De facto, as fortes restrições impostas pelo governo com vista à redução do défice orçamental conduziram ao adiamento de parte dos trabalhos inicialmente previstos. Em resultado verificou-se uma quebra de 50% no montante dos trabalhos adjudicados, face a 2009.

De acordo com o mesmo relatório, os próximos anos serão bastante difíceis para o setor da construção civil, prevendo-se uma contração da procura interna, quer ao nível do consumo quer ao nível do investimento, devido às políticas potencialmente recessivas, nomeadamente a redução dos salários da função pública e o agravamento de alguns impostos com vista a reduzir o défice público.

Neste contexto, o desemprego continuará a ser um dos mais graves problemas que Portugal enfrenta, já que se espera um aumento do nível do desemprego<sup>10</sup>. É neste enquadramento difícil que as perspetivas de evolução da produção da construção civil voltam a ser preocupantes, antecipando-se mesmo uma nova quebra, que só irá agravar mais a já difícil situação em que se encontra o setor.

Tal como se tem verificado nos últimos anos, estima-se que o segmento residencial volte a decrescer. A procura dirigida a este segmento encontra-se a um nível muito reduzido devido, por um lado, à forte deterioração das condições económicas das famílias e, por outro lado, às fortes restrições impostas pelos bancos na concessão de novos créditos à aquisição de habitação.

Quanto ao mercado de reabilitação, embora o seu potencial seja enorme, não se antevê uma alteração significativa no volume de trabalhos associados, a não ser que sejam finalmente tomadas as medidas necessárias para concretizar a

---

<sup>10</sup> Atualmente a taxa de desemprego situa-se nos 15,2% de acordo com dados revelados pelo Eurostat em 01 de junho de 2012.



dinamização do mercado de arrendamento e seja assumida a requalificação e reabilitação urbana como uma das prioridades nacionais.

No que concerne ao segmento não residencial voltar-se-á, certamente, a assistir a comportamentos muito distintos entre as componentes privada e pública, com a primeira a registar uma quebra no seu volume de produção (Gráfico 6). Já quanto à parcela de edifícios não residenciais do investimento público, deverá continuar a beneficiar de apostas na administração pública em obras de reparação do edificado, nomeadamente dos edifícios escolares ou então poderá mesmo suspender as obras.

No que diz respeito à engenharia civil são de assinalar os fatores de incerteza sobre o comportamento deste segmento, nomeadamente os relativos à suspensão de várias obras que estão a ser ou se previa virem a ser desenvolvidas em regime de parcerias público-privadas. Certo é que já se assistiu a uma redução, para metade, do montante de obras adjudicadas em 2010 face a 2009, o que leva a antecipar outra quebra no volume total de trabalhos de engenharia civil (Relatório Contas AECOPS, 2010).

#### **1.1.8. O setor da construção civil na região de Viseu**

Através dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)<sup>11</sup>, procurou-se conhecer a tendência de evolução da construção civil no concelho de Viseu, nomeadamente quanto às obras concluídas, obras licenciadas, número de empresas constituídas e, por fim, quanto à superfície reconstruída nos últimos anos, com o objetivo de contextualizar melhor este setor e conhecer a sua realidade para o presente estudo.

Fazendo uma análise do setor quanto às obras concluídas, obras que reúnem condições físicas para serem habitadas ou utilizadas, independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização<sup>12</sup>, pode dizer-se que

---

<sup>11</sup> [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

<sup>12</sup> Definição apresentada pelo INE

estas diminuíram, desde 2006 até 2010. Enquanto em 2006 o número de obras concluídas era de 783, em 2010 passou para 490 (decréscimo de 37,4%).

Relativamente às obras licenciadas, autorizações concedidas pelas Câmaras Municipais, ao abrigo de legislação específica, para execução de obras (construções novas, ampliações, transformações, restaurações e demolições de edifícios<sup>6</sup>), verifica-se que o número de licenças levantadas tem diminuído desde 2005 até 2010. Em 2005 o número de licenças levantadas era de 991 ao passo que em 2010 esse número diminuiu para 457 (decréscimo de 53,9%).

No que toca ao número de empresas de construção civil existente, entidade jurídica – pessoa singular ou coletiva – correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes (uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais<sup>6</sup>), na região centro de Dão-Lafões conclui-se que diminuiu desde 2007 até 2009. Em 2007 o número de empresas de construção nesta região era de 3.965 e passou para 3.406 em 2009 (decréscimo de 14,1%). A forma como estes dados são demonstrados pelo INE no seu portal agregador de dados estatísticos, não permite fazer uma análise mais detalhada, ou seja, não permite uma análise mais específica à região de Viseu.

Quanto à proporção de superfície total reconstruída, tem-se verificado um aumento substancial deste tipo de obra na região centro de Dão-Lafões desde o ano 2000 até 2010. Os dados demonstram o que foi referido no ponto 1.1.5. relativamente ao crescimento deste segmento produtivo no setor da construção civil em Portugal. Embora o aumento não se observe de imediato pela relevância da percentagem, certo é que no ano 2000 a superfície reconstruída era quase insignificante, cerca de 0,04%, e foi gradualmente crescendo ao longo dos últimos dez anos, até se situar nos 3,34%. Novamente, neste tipo de dados e pela forma como são recolhidos no portal agregador de dados estatísticos do INE, não se permite fazer uma análise mais detalhada, ou seja, apenas à região de Viseu.

## **1.2. Noção de ética e ética empresarial**

Este subcapítulo tem como objetivo descrever, sucintamente, o significado de ética e a sua dimensão empresarial, de modo a efetuar-se o devido enquadramento teórico necessário ao presente estudo.

### **1.2.1. Noção de ética**

Ao iniciar um trabalho que envolve a ética como objeto de estudo, considera-se importante, como ponto de partida, estudar o conceito de ética, estabelecendo o seu campo de aplicação e fazendo uma pequena abordagem das doutrinas éticas que se consideram mais importantes para a presente dissertação.

Num grande número de filosofias, os princípios, regras e valores que devem nortear a conduta humana aspiram a afirmarem-se como "imperativos" da consciência como valor universal, sendo a moral quase sempre relacionada com um código cultural ou religião, enquanto a ética é considerada universal. Onde há problemas que a moral não consegue resolver deve prevalecer a ética. A ética preocupa-se não como os homens são, mas como devem ser. É desta forma que alguns filósofos definem a ética.

Recorrendo ao Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora, a ética, disciplina consagrada no campo da filosofia, tem o seu significado expresso como a “disciplina que procura determinar a finalidade da vida humana e os meios de a alcançar, preconizando juízos de valor que permitem distinguir o bem do mal”. É um “conjunto de princípios morais pelos quais um indivíduo rege a sua conduta pessoal ou profissional” sendo também a “ciência da moral”.

Comparato (2006) refere que o foco de atenção da ética é justamente a recompensa de esforços constantes e direcionados que levam ao alcance da própria felicidade humana e que o sentido da ética se baseia no “dever/ser” que muitas vezes se afigura contraditório.

Rego (2006) sustenta a teoria de que a ética lida com a reflexão em torno da essência das ações e sobre a sua razão de ser.

Para Vásquez (2005), a ética é uma espécie de teoria sobre a prática moral, uma reflexão teórica que analisa e critica os fundamentos e princípios que regem um determinado sistema moral. O autor vai mais longe e amplia a definição referindo que a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.

Da mesma forma, Chauí (1997) argumenta que a ética é o estudo dos valores, ou seja, a ética é a reflexão sobre a moral.

Dias (2004) revela que a ética se ocupa da moral e procura, a partir de um conjunto de factos, definir comportamentos morais, elaborar conceitos, hipóteses e teorias. A ética aspira à racionalidade e à objetividade humana e deve proporcionar, como qualquer ciência, conhecimentos sistemáticos, metódicos e comprováveis. De acordo com o autor, a ética é a teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana, ou forma de comportamento dos seres humanos, a que chamamos moral, considerada na sua totalidade, diversidade e variedade. Na opinião do autor, o que define a ética no sentido de estudar os fundamentos da moral, deve valer tanto para a moral da sociedade grega, como para a moral que vigora numa comunidade humana contemporânea. Segundo o autor, é isto que assegura o carácter teórico da ética e evita a sua redução a uma disciplina normativa ou programática. O valor da ética, como teoria, está naquilo que explica, e não no facto de prescrever ou recomendar algo com vista à ação em situações concretas. Assim, a ética diz respeito, não ao *ser* ou ao *fazer*, mas sim ao *dever ser*. O autor refere ainda que há todo um conjunto de conceitos com os quais a ética trabalha que são oriundos da filosofia como a liberdade, necessidade, valor, consciência, sociabilidade.

José Henrique Silveira de Brito, citado por Cabral (2000), revela que a moral é aquele conjunto de regras, princípios e valores a que, na concretização da vida quotidiana, o ser humano deve obedecer para viver humanamente. A ética, por sua vez, é a reflexão sobre a dimensão moral que caracteriza o ser humano. A ética, de acordo com o autor, é uma reflexão crítica e filosófica sobre a moral na procura daquilo que a caracteriza e a justifica.

Para Valls (1998) a ética é um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, historicamente produzidos, que valida ou não as ações humanas. A ética exerce uma permanente vigilância crítica sobre a moral, para reforçá-la ou transformá-la, modificando-a de forma dinâmica através da história, como um princípio regulador do desenvolvimento histórico, político e cultural. Enquanto a moral regula os valores e os comportamentos de um determinado povo (ou grupo cultural/religioso) num determinado tempo e espaço, a ética julga a validade da moral. É desta forma, segundo o mesmo autor, que os valores são repensados e modificados através do tempo, como aconteceu com o esquema da escravidão, considerado “normal” de acordo como os padrões morais de determinada época.

Mautner (2010) define a palavra ética como sendo proveniente do grego *ethos*, que significa hábito ou costume. Este termo, revela o autor, é usado em vários sentidos e por isso mesmo devem distinguir-se. Assim, segundo o autor, existem vários termos aplicados à ética sendo eles: a Ética normativa, a Ética social ou religiosa, a Moralidade positiva, a Ética descritiva e a Metaética, cujos seus significados são descritos pelo autor e que não serão aqui debatidos.

Contudo, não se pode falar em ética sem referir um dos principais filósofos da antiguidade que desenhou as primeiras linhas orientadoras da ética, Aristóteles. Shields (2006) descreve de forma detalhada e simplista o que este filósofo pensou sobre a ética. Para Aristóteles, segundo o autor, a ética surge quando as pessoas tomam determinadas atitudes e decisões no seu quotidiano tendo como objetivo final o alcance do bem último da sua existência que é a felicidade. Contudo, as pessoas devem rejeitar as suas concepções subjetivas de felicidade a favor de concepções objetivas pois não lhes é dado a escolher a sua essência humana. O mesmo autor revela que Aristóteles define uma função humana e essa função significa a essência de cada um, exprimindo-se assim a razão de forma virtuosa. Desta forma, a felicidade não é um estado passivo ou uma experiência de afeição; a felicidade é um *fazer* e não um *ser*. Isto é, a melhor forma de vida é ativa e não passiva. Sentir prazer é um estado de afeição, ao passo que a melhor forma de vida humana envolve a execução de planos e projetos. Assim, a felicidade pressupõe estados longos de observância, ou seja, não é momentânea mas para toda a vida estando nela subjacente a evolução pessoal. O autor conclui

ainda que, o que este filósofo pretendia demonstrar, é que a melhor vida para os seres humanos é uma vida que exprime, do modo mais excelente, aquelas características racionais essenciais à alma humana, características que nos fazem distintamente humanos.

Quando refletimos sobre os nossos pensamentos, ações e escolhas, vemos que as nossas perspectivas são fortemente influenciadas por outras. Desde a nossa infância apreendemos a noção de bem e de mal, de certo ou errado, através dos nossos familiares, por exemplo, professores ou até amigos. A grande lição da história, segundo LaFollette (2001), é que temos de escrutinar as nossas crenças, escolhas e ações, para nos assegurarmos de que estamos informados, somos consistentes, imaginativos, imparciais e de que não estamos a repetir, sem pensar, as perspectivas dos outros. Caso contrário, de acordo com o autor, podemos praticar males que poderíamos evitar, males pelos quais as gerações futuras nos condenarão. A maior parte das nossas ações — talvez a maioria — não dizem respeito apenas a nós, dizem respeito também aos outros, e dizem-lhes respeito de muitos modos diferentes. Algumas das ações tomadas podem beneficiar outras pessoas, ao passo que outras podem prejudicá-las, direta ou indiretamente, intencionalmente ou não. Em suma, ao escolher como agir, devemos reconhecer que muitas das ações tomadas afetam outras pessoas, ainda que apenas indiretamente.

Segundo Vasquez (2005), as consequências da forma de agir podem afetar somente um indivíduo ou vários indivíduos ou grupos sociais. As consequências dos atos podem estender-se a uma comunidade inteira, como a uma nação. Na opinião do autor, se na vida real um indivíduo enfrenta uma determinada situação, ele deverá resolver por si mesmo o problema de como agir de maneira a que sua ação possa ser boa, isto é, moralmente valiosa.

De acordo com este ponto de vista, Chaui (1997) contempla que para que possa haver uma conduta ética é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre o bem e o mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício.

Muitas teorias éticas organizaram-se em torno do problema da definição do bom, na suposição de que, se souber determinar-se o que ele é, poder-se-á saber o que se deve fazer ou não fazer (Vasquez, 2005).

LaFollette (2001) revela que uma maneira importante de avaliar criticamente as nossas perspectivas é teorizar sobre a ética: pensar sobre questões morais de forma mais abstrata, mais coerente e mais consistente. Na opinião do autor, teorizar não é uma coisa divorciada da prática: é apenas a reflexão cuidadosa, sistemática e bem pensada sobre a nossa prática. Teorizar, neste sentido, não irá impedir uma pessoa de errar, mas dá-lhe o poder para abandonar considerações mal concebidas, desinformadas e irrelevantes. De acordo com o autor, há duas grandes classes de teorias éticas — consequencialista e deontológica — que têm dado forma ao entendimento que a maior parte das pessoas tem da ética. O mesmo autor revela que os consequencialistas defendem que se deve escolher a ação disponível que têm as melhores consequências globais, ao passo que os deontologistas defendem que se deve agir de modo circunscrito por regras e direitos morais e que estas regras ou direitos se definem (pelo menos em parte) independentemente das consequências.

O utilitarismo, a forma mais comum de consequencialismo, afirma que se deve escolher a opção que maximiza “a maior felicidade para o maior número”. As teorias deontológicas contrastam em grande parte com as teorias consequencialistas. Ao passo que os consequencialistas defendem que se deve sempre procurar promover as melhores consequências, os deontologistas defendem que as obrigações morais — sejam elas quais forem — são de algum modo e, em certo grau, independentes das consequências. Assim, a obrigação de não matar, roubar ou mentir, são obrigações que estão justificadas mas não apenas porque seguir tais regras produz sempre as melhores consequências (LaFollette, 2001).

Relativamente ao utilitarismo, encontra-se em Kant (1949), um seu defensor. O que Kant (1949) defende é que qualquer pessoa tem um valor muito elevado e se o seu valor está “acima de qualquer preço”, então as pessoas têm de ser tratadas “sempre como um fim e nunca apenas como um meio”. Isto significa, a um nível

muito superficial, que temos o dever estrito de beneficência relativamente às outras pessoas: temos de lutar para promover o seu bem-estar, temos de respeitar os seus direitos, evitar fazer-lhes mal, e, em geral, “empenhar-nos, tanto quanto possível, em promover a realização dos fins dos outros” (Rachels, 2004).

Singer (2000) também tem uma visão consequencialista da ética. Segundo o autor, para decidir que decisão tomar deve levar-se em consideração os interesses de todos e as consequências para todos os envolvidos. Para este autor, a ética é uma conceção, uma perspetiva e é universal. Ao aceitar que juízos éticos devem ser formados a partir de uma visão universal, o autor aceita que os seus interesses não podem contar mais que os interesses de outra pessoa.

Este autor define que uma característica distintiva da ética é que os juízos éticos são universalizáveis, ou seja, existem ideais éticos universais: os direitos individuais, o carácter sagrado da vida, a justiça. Ainda de acordo com o autor, a ética exige que superemos o nosso ponto de vista pessoal e que adotemos uma posição semelhante à de um espectador imparcial que adota um ponto de vista universal.

Desta forma pode concluir-se que a ética consiste no estudo e reflexão dos valores e princípios morais que regem a conduta do ser humano em sociedade. A ética investiga e questiona o que a moral estabelece para uma determinada época e local, atuando sempre para que haja uma evolução ao longo do tempo. O objetivo da ética, de acordo com Aristóteles, é o alcance da finalidade da vida humana. Kant, assim como outros autores citados, apresentam uma visão utilitarista da ética, isto é, para eles, a ética tem que ter uma consequência, uma utilidade. É através dela que se deve promover o bem-estar geral da sociedade. Assim, antes do individuo pensar em si e no seu próprio interesse, terá de pensar primeiro nos outros, nos que estão ao seu redor, tendo uma atitude imparcial perante o universo que o rodeia. No entanto, para se poder ter esta atitude, tem que se possuir um fator de consciencialização e distinção do que é certo e do que é errado, do que é o bem e do que é o mal. A ética é objetiva e universal, devendo ser sempre uma atitude refletida.



### 1.2.2. A ética empresarial

A ética empresarial, uma aplicação da ética ao mundo empresarial, nasceu nos anos setenta e teve a sua origem na crise de confiança gerada por uma série de escândalos que afetaram a sociedade americana, quer na esfera política quer na esfera económica. Para além desta crise, que levou ao aparecimento da designada ética empresarial, atualmente as empresas vêm-se perante problemas para os quais não há soluções pré-definidas (Cabral, 2000).

Segundo Drucker<sup>13</sup> (1981), “there’s only one ethics, one set of rules of morality, one code: that of individual behavior in which the same rules apply to everyone alike”. Desta forma, para o autor, não é necessário criar uma ética especial para as empresas pois existe apenas uma única ética, sendo a ética das pessoas semelhante à ética das empresas. Ou seja, a ética não é algo diferente quando se trata de decisões tomadas por uma empresa. É, simplesmente, um modo de estar nos negócios e na vida. Evidentemente que nas empresas aparecem problemas que justificam a utilização da disciplina específica, revela o autor, mas os fundamentos e os raciocínios são os mesmos de todos os outros tipos de ética.

Também Apolinário (2007) contempla que não existem várias éticas mas apenas uma única ética. A ética dentro de uma organização é a mesma ética da vida privada.

Para Nash (1993) a ética dos negócios é o estudo da forma pela qual as normas morais pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos de uma empresa. De acordo com a autora, não se trata de um padrão moral separado, mas do estudo de como o contexto dos negócios cria os seus problemas próprios e exclusivos à pessoa moral que atua como um gerente desse sistema. Na opinião da autora, entre os valores compreendidos pela conduta ética nos negócios estão a honestidade, a justiça, o respeito pelos outros, o serviço, a palavra, a prudência e a confiabilidade.

De acordo com Arens et al. (2006) o comportamento ético é necessário para uma sociedade funcionar de forma ordenada e pode mesmo dizer-se que é a “cola” que mantém uma sociedade unida. O comportamento antiético, por seu turno, na

---

<sup>13</sup> “what is business ethics?” in Public Interest 63, p.18-36, 1981

opinião dos autores, é definido como a conduta que difere da que se acredita ser a apropriada face a situações concretas. Continuam afirmando que há duas razões principais para cometer atitudes antiéticas: a primeira respeita ao facto de que os padrões éticos de cada pessoa diferem dos da sociedade como um todo; a segunda, diz respeito à escolha de cada pessoa por agir livremente. Muitas vezes, porém, as duas situações coexistem.

Singer (1993) refere que os gestores das empresas têm obrigações para com os seus acionistas, mas também têm responsabilidades para com outras partes interessadas, os *stakeholders*. Os *stakeholders* de uma empresa, define o autor, são todos os que são afetados e que têm direitos e expectativas legítimos em relação às atividades da empresa, o que inclui os empregados, os consumidores e os fornecedores, assim como a comunidade envolvente e a sociedade no seu conjunto.

Em particular, de acordo com mesmo o autor, as empresas têm obrigações para com os consumidores e também para com a comunidade envolvente, assim como para com os seus próprios funcionários. Na opinião do autor, o objetivo final da empresa é servir o público, seja fornecendo produtos e serviços desejados e desejáveis, seja não prejudicando a comunidade e os seus cidadãos. O autor dá o exemplo de que não se pode dizer que uma empresa está a cumprir o seu objetivo público se está a poluir o ar ou as reservas de água, se está a açambarcar recursos comuns, se está (ainda que indiretamente) a promover o racismo ou o preconceito, se está a destruir a beleza natural do ambiente, ou se está a ameaçar o bem-estar financeiro ou social dos cidadãos locais. Estes comportamentos entram assim na esfera do comportamento antiético.

Considerada deste modo, a responsabilidade social, intimamente relacionada com a ética empresarial, não é um fardo adicional sobre a empresa, mas uma parte integrante das suas preocupações essenciais, servir as necessidades e ser justo não apenas para com os seus investidores ou proprietários, mas também para com aqueles que trabalham, compram, vendem, vivem perto ou são de qualquer outro modo afetados pelas atividades que são representativas do sistema de mercado livre (Singer, 1993).

De alguns autores como Friedman (1970), provém a ideia segundo a qual o terreno económico e lucrativo das empresas não se compagina com as lógicas da ética e das virtudes. Ao contrário, outros autores como Jacquelyn B. Gates (2004) sugerem que o correto funcionamento da economia e das empresas implica precisamente o cumprimento de princípios éticos. E, para exemplificar, sublinha os custos e os desperdícios que advêm do incumprimento de princípios éticos e da desconfiança daí resultante – negócios que não se concretizam, custos com processos judiciais, custos com juristas para preparar contratos, gestão desumanizada que hipoteca o capital humano da empresa, má reputação junto da comunidade e da clientela – e, mais globalmente, crise generalizada de confiança na instituição “empresa”.

Neves (2008), que utiliza uma analogia interessante para descrever a visão da ética no mundo empresarial, refere que o mundo em que se vive é muitas vezes uma selva e que nesse meio existem duas formas de agir que permitem sobreviver. O que o autor defende é que existem dois tipos de atitudes por parte dos gestores, uma é ter um comportamento idêntico ao que o gestor predominantemente observa, que é a indiferença no que toca à ética empresarial; a outra é ter uma atitude contrária a esta, ou seja, ser-se ético mesmo que o mercado onde está inserida a empresa em que trabalha não o seja. Assim, segundo o autor, a conjugação de esforços e ideias é essencial para se obter o objetivo de ter atitudes éticas dentro da organização.

Barata (1999), revela uma dificuldade no que toca à complexidade deste tema que, de acordo com o autor, trata-se do facto de o gestor, muitas vezes, ser tentado a não agir da mesma maneira quando tem de optar entre a observância dos valores éticos, que moldam a sua personalidade, e o eventual não atingimento de objetivos profissionais ou empresariais, ou o alcançar destes em contravenção com os valores éticos e morais neles intrínsecos. O mesmo autor sustenta a ideia de que o gestor é sempre desafiado a escolher entre: a integridade ou a rápida ascensão socioeconómica; o poder ou a responsabilidade; a opção por si próprio ou pelos outros.

Como sustenta Rego (2006), um dos problemas impregnados neste debate resulta de se usar as mesmas palavras para diferentes significados e como tal, o significado e implicação do que é ser ético não é entendido de forma correta por todos da mesma maneira, pelo que ser ético para uns não é igual ao que é para outros. Por exemplo, segundo o mesmo autor, o argumento “deve ser-se ético porque a ética dá dinheiro” é completamente distinto de um outro que é “deve ser-se ético porque as entidades com as quais a empresa se relaciona merecem que os seus direitos sejam respeitados”.

Segundo Moreira (2009), ser-se ético na empresa não é apenas a opção mais gratificante mas também a mais compensadora a prazo.

Depois de séculos continuam a estar bem patentes alguns ensinamentos que os grandes filósofos da antiguidade nos deixaram. A ética é sempre uma prática como Aristóteles referiu: somos justos fazendo atos justos, temperantes fazendo atos temperantes, bravos fazendo atos bravos. Mas, a ética mais do que uma prática é uma aposta de adesão pessoal como Kant<sup>14</sup> transmitiu: o ponto de partida é sempre querer ser ético pondo todos os meios ao alcance, é ter vontade, procurar, desejar ser bom e desta forma a ética tem de partir de uma vontade bem orientada, firme e fiel (Neves 2008).

### **1.3. Estudos internacionais sobre ética na construção civil**

O tema da ética na construção civil já foi estudado em diferentes países com vista a analisar a importância das questões de ordem ética no setor da construção civil. Um denominador comum destes estudos é a forma como se evidencia o facto de este setor ser o mais importante para o desenvolvimento económico-social de qualquer país e por essa razão a ética merece um lugar de destaque neste setor. Uma conclusão comum a que chegam os vários estudos realizados nesta matéria é que, por este setor ser de extrema importância, ser determinante que exerça a sua atividade de forma honesta, justa e clara, ou seja de forma ética, de modo a que este setor continue a dar o seu contributo tanto para a economia como para o bem-estar social de um país e ao mesmo tempo seja merecedor da confiança de

---

<sup>14</sup> Citado por NEVES (2008)

quem crê nos seus serviços, para alcançar a satisfação da vida humana, os seus clientes. Contudo destaca-se também o facto de este setor ser considerado o setor com mais tendência para o comportamento antiético. É com este paradoxo que se faz o ponto de partida para se sintetizar as conclusões a que chegaram os estudos examinados e que serviram de mote para o presente estudo.

Os estudos que se examinaram tiveram por base a metodologia de investigação por questionário. Em todos eles foram analisados dados de inquéritos efetuados às seguintes categorias de profissionais no ramo da construção civil: arquitetos, engenheiros, empreiteiros e técnicos de obra.

Apresenta-se seguidamente os objetivos destes estudos e as conclusões a que os seus autores chegaram. Contudo, não se pode deixar de fazer uma análise cuidada ao sentido que estes objetivos e conclusões têm perante o contexto socioeconómico do país onde a ética no setor da construção é analisada.

Bowen et al. (2007b) realizaram um estudo sobre a ética no setor da construção na África do Sul que teve como função o prolongamento e desenvolvimento de um outro já realizado no mesmo ano e local denominado “Professional Ethics in the South African Construction Industry” de Bowen et al. (2007a), que evidencia as falhas dos profissionais da construção civil relativamente à violação de responsabilidades dos profissionais e das suas obrigações para com o cliente e para com o público em geral (sociedade), tal como a divulgação de informação confidencial, conflitos de interesse e concorrência desleal. Neste segundo estudo, os autores basearam a sua análise no trabalho de Vee & Skitmore (2003), e adaptaram o estudo à realidade cultural e contexto económico-social da África do Sul, comparando os resultados obtidos. Estes estudos tiveram como principais objetivos abordar questões éticas enfrentadas no setor da construção civil, fornecer uma visão geral do negócio e da ética profissional neste setor, conhecer as opiniões e experiências sobre uma série de questões éticas na atividade de construção assim como determinar práticas antiéticas e os fatores que incentivam tais comportamentos. Estes estudos chegaram a conclusões idênticas nomeadamente que, não obstante haver violações de responsabilidades profissionais (danos ambientais por exemplo) e falha nas obrigações para com o

cliente e o público em geral (negligência por exemplo), assim como outros comportamentos antiéticos que vão desde a divulgação de informação confidencial, conflitos de interesse, suborno, corrupção e fraude, os profissionais do setor da construção preocupam-se com questões éticas na sua atividade e tentam que haja um equilíbrio entre os interesses do seu cliente e os interesses do público em geral, embora isso, por vezes, seja uma tarefa difícil devido à forte concorrência existente na sua profissão, o que faz com que os interesses do cliente prevaleçam sobre os demais. Os inquiridos destes estudos revelaram a sua opinião sobre questões éticas e consideram que deveria haver mais regulamentação, fiscalização e sistemas de denúncia eficazes que pudessem proteger, de alguma forma, os seus interesses, assim como formação ética para todas as partes envolvidas num projeto de construção e a responsabilização de assegurar a elaboração e cumprimento de códigos profissionais éticos pelos organismos profissionais de construção dos quais são membros a maioria dos inquiridos. A maior parte destes inquiridos subscreve um código de ética, quer na associação profissional a que pertence quer na organização onde trabalha e considera que a ética deverá a ser tida em conta nos objetivos empresariais. Apesar disso, nos três estudos indicados, a cessação da conduta antiética parece árdua pois todos os inquiridos afirmaram ter já testemunhado ou experimentado algum tipo de comportamento antiético como: concorrência desleal, negligência, danos ambientais, conflitos de interesse, suborno, fraude, conluio ou corrupção.

O estudo denominado “Survey of construction industry” concretizado pela CMAA<sup>15</sup> nos E.U.A em 2004 foi um estudo em que os resultados foram também comparados com Bowen et al. (2007b) e as conclusões foram idênticas. O principal objetivo do estudo levado a cabo pela CMAA prende-se com a avaliação das práticas éticas e preocupações no setor da construção civil norte-americano. As principais conclusões a que chegaram foram que as preocupações éticas refletidas na construção são: a quebra de confiança e integridade, perda de reputação, necessidade de códigos de conduta ética e a criação de processos de licitação mais justos e éticos para os contratos. A indústria da construção necessita de dar mais ênfase a questões éticas e a maioria dos inquiridos

---

<sup>15</sup> Construction Management Association of America

concorda que a indústria da construção está contaminada por atos antiéticos e é também constantemente desafiada eticamente. Verificou-se uma grande diferença entre o valor que os profissionais colocam sobre a ética e o que realmente fazem na prática para apoiar os seus valores pessoais (CMAA, 2004).

O estudo de Nadeem et al. (2009) teve como principal objetivo investigar a situação atual e as práticas na indústria da construção civil no Paquistão. A principal conclusão a que os autores chegaram foi que mais de metade dos inquiridos, que são membros das associações de profissionais da construção, não sabia que existia um código de ética e quem sabia, nunca o consultou. A principal causa do comportamento antiético referida pelos inquiridos é a forte competição, agravada pelas metas empresariais surrealistas e pelo facto dos profissionais darem mais importância a questões financeiras do que a técnicas na construção dos edifícios e infraestruturas.

Foram realizados três estudos na Nigéria com o objetivo de avaliar as perceções dos profissionais da construção sobre questões éticas, examinar o grau de suscetibilidade de grupos profissionais para o suborno na construção e examinar o grau de pressão profissional enfrentada pelo comportamento antiético, destacando-se os determinantes do desempenho ético na indústria da construção civil com vista a identificar as causas deste em todas as etapas de construção de um projeto de construção. Alutu & Udhawuve (2009), Ameh & Odusami (2010) e Oyewobi et al., (2011) chegaram a conclusões interessantes: o que mais contribui para práticas antiéticas na construção civil é a pressão económica, práticas comuns da sociedade e das organizações e os interesses das partes envolvidas num projeto. Os inquiridos revelaram que deveria haver formação em ética não só para os profissionais da construção como para a sociedade pois todos podem estar envolvidos num projeto de construção. Os próprios autores assumem que é necessária investigação adicional para explorar tipos de medidas que possam ajudar, de alguma forma, a conter as práticas profissionais antiéticas. A incidência de suborno é, segundo os estudos, habitual na indústria da construção civil da Nigéria e a maioria dos inquiridos confessou o seu envolvimento em práticas antiéticas. Os inquiridos confessaram também que deveria haver monitorização e auditoria em todas as fases de um processo de construção e o órgão responsável

por essa função deveria ser independente do governo. Observou-se também que a indústria da construção civil é entendida como a mais suscetível a problemas éticos e que a corrupção tem efeito sobre todas as fases de construção, na Nigéria, desde o seu planeamento até à sua conclusão. Recomendou-se que haja legislação flexível, como um mecanismo para lidar com vários níveis de corrupção, o fortalecimento de instituições profissionais que punissem os membros que errassem e prevenissem a corrupção pela execução de normas e a sua fiscalização.

Com o objetivo de alertar e sensibilizar os profissionais da área para esta matéria, uma associação de construtores civis dos E.U.A<sup>16</sup> apoiou um estudo levado a cabo por Jong et al. (2009), no qual se revela a dimensão da corrupção na indústria da construção civil: demonstra-se que a corrupção é um grave problema que se enfrenta na atualidade não só nesse país mas em todo o mundo e mencionam quais as medidas que já foram concretizadas e as que se estão a tomar no combate a esta prática antiética.

Na opinião de Jong et al. (2009), todos os indivíduos devem sentir-se satisfeitos com o papel da indústria da construção civil quanto à formação e desenvolvimento do mundo. Estradas e pontes, ferrovias, sistemas de trânsito, aeroportos e portos movem pessoas e movem mercadorias. As construções fornecem casas, lojas, fábricas, energia (centrais elétricas), educação (escolas) e cuidados de saúde (hospitais). Ainda assim, referem os autores, apesar de tudo o que oferece a indústria da construção, esta também recebe notoriedade, não só nos E.U.A. mas em todo o mundo pela prática de negócio antiética como é a corrupção. No entanto, na década de noventa do século passado, várias medidas foram tomadas no sentido de reforçar o combate ao comportamento antiético na construção. De acordo com os autores, as associações de construção civil norte-americanas estão a tomar medidas no combate às práticas antiéticas pois reconhecem que, as más decisões tomadas pelos indivíduos, são a raiz do problema. Também várias empresas de construção norte-americanas, como por exemplo a Bechtel Group, a Fluor Corporation e a Kiewit Corporation, têm desenvolvido um modelo de códigos de conduta e orientação para auxiliar os

---

<sup>16</sup> ASCE: American Society Civil Engineers



construtores na tomada de decisão, melhorando assim o seu conhecimento em práticas éticas e no perigo e risco da falta de ética, aumentando também os seus procedimentos disciplinares.

Cada membro da indústria da construção, na opinião dos autores, pode dar um contributo na redução do problema da falta de ética. O autor refere que todos os construtores devem reconhecer que ignorar um comportamento antiético como a corrupção é o mesmo que concordar com ele. De acordo com os mesmos, um simples programa com três itens pode começar uma ação positiva: reconhecer que o comportamento antiético é algo socialmente inaceitável, encorajar as organizações para a implementação de medidas de gestão anticorrupção nas suas organizações e nos seus projetos e educar a próxima geração de construtores, proprietários, fornecedores de material e equipamentos e credores do verdadeiro custo da corrupção (falta de confiança e reputação perante o público o que se traduz muitas vezes na perda de negócios e carteira de clientes). É essencial que todos os envolvidos na indústria da construção continuem a conduzir a mudança. O objetivo é alcançar condições de concorrência equitativa onde o negócio pode ser empreendido de forma honesta, transparente e justa para todos (Jong et al., 2009).

Pérez (2008) e Martínez (2004) consideram a importância da ética empresarial na construção civil como um valor acrescentado para as empresas de construção e revelam exemplos de sucesso.

De acordo com Pérez (2008) a imagem que a sociedade tem da maioria dos participantes da indústria não é a mais favorável e um dos seus desafios mais importantes é a integração, a todos os níveis, de processos, atividades e ações cujo eixo central é regido por valores éticos.

O contexto atual das organizações e negócios, marcado pelas exigências da globalização, apresenta uma série de mudanças económicas e sociais, que geram maior consciência dos riscos e oportunidades, com implicações nas questões éticas. Entre as principais causas deste encontramos: uma educação profissional cada vez mais técnica, desprovida de aulas de filosofia, ética ou moral e a alta competitividade económica e a velocidade com que se tem que tomar

decisões importantes. Na indústria da construção, de acordo com o autor, essa realidade é mais evidente do que em outros setores industriais, principalmente devido à multiplicidade e diversidade dos participantes nos processos de decisão. Os objetivos, perspectivas, prioridades e lealdades de cada participante são geralmente muito distintos. Essa realidade faz com que o curso geral dessa indústria seja eticamente irregular (Pérez, 2008).

Na opinião do mesmo autor, é essencial a existência de um código de ética que reja todos os processos da indústria e dos participantes e que as associações de profissionais, comerciais, industriais e de cidadãos entendam a sua responsabilidade, através da criação de fóruns que promovam o debate sobre padrões éticos e condutas exigidas à sua profissão. A associação que funciona bem, não só defende os seus membros, mas também os ajuda a considerar plenamente as suas responsabilidades.

Martinez (2004), por seu lado, revela um exemplo de sucesso quanto à aplicação de práticas éticas numa organização. A autora explica o processo de desenvolvimento do código de ética da empresa espanhola “Contratas y Obras, E.C.S.A.” e a implementação da gestão de um sistema de ética, pelo qual se guiam a partir da conceção da ética centrada na consciência dos valores identificados e partilhados pelas pessoas dentro da organização como uma expressão da maneira de agir e compromisso empresarial. A autora menciona que a principal motivação desta empresa decorre do relacionamento e colaboração com os seus stakeholders (clientes, fornecedores, funcionários, parceiros, concorrentes...) que colocam a sua confiança na empresa e, como tal, a empresa tem a perceção de que as ações não devem apenas abordar os benefícios económicos, mas também o cumprimento do compromisso humano, social e ambiental.

*O National Code of Practice for the Construction Industry: Towards Best Practice Guidelines* é um código de práticas éticas para a indústria da construção civil australiana que evidencia quais as práticas éticas desejadas pelos construtores civis e quais as penas a aplicar caso os profissionais não observem esses comportamentos.

As diretrizes apontadas neste código destinam-se a incentivar a melhoria contínua da atividade de construção civil, incentivando à cooperação e ao comportamento ético, adotando práticas éticas, não só pelos profissionais da construção civil mas também por todas as outras partes envolvidas na indústria da construção. O código prevê que ao adotarem-se os princípios éticos nele contemplados, fluirão benefícios significativos para a comunidade e para a indústria da construção como um todo, através da melhoria dos produtos e dos serviços, do valor da organização e do aumento da competitividade, quer a nível nacional quer a nível internacional.

## **Capítulo 2. Metodologia**

Neste capítulo será feita uma apresentação do processo conducente à seleção e caracterização da amostra assim como a apresentação da metodologia utilizada para recolha dos dados que servirão de base para o nosso estudo.

### **2.1. Seleção e Caracterização da amostra**

A seleção da amostra teve por base as empresas do setor da construção civil do concelho de Viseu. A eleição pelo concelho de Viseu deve-se ao facto de ser o concelho mais próximo da área de residência da autora do presente estudo. De acordo com dados recolhidos através de um diretório de empresas,<sup>17</sup> relativo ao setor da construção civil em Viseu, o total da população é constituído por 250 empresas do setor da construção civil, recaindo o nosso estudo sobre 50 empresas do setor. Consideramos que a nossa amostra é representativa da população, já que representa 20% do total.

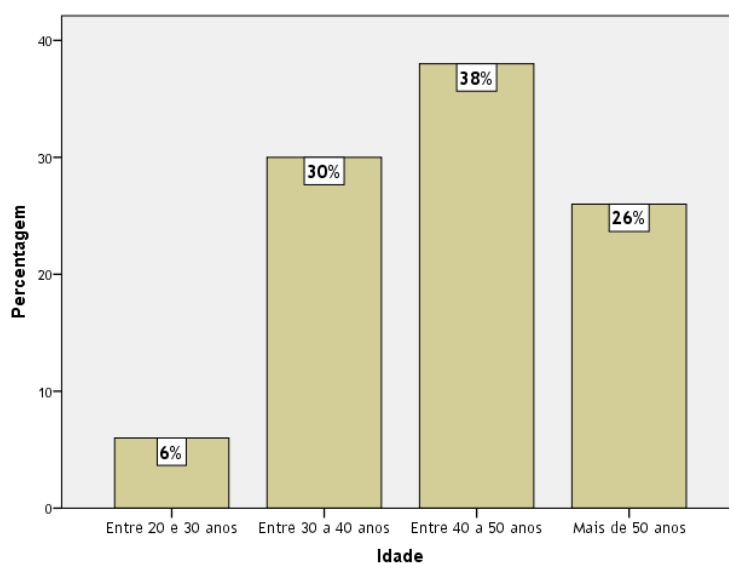
Para melhor caracterizarmos os construtores civis, efetuámos na primeira parte do inquérito questões de natureza pessoal, nomeadamente a idade, anos de experiência no ramo, habilitações literárias e a forma jurídica da empresa onde trabalham. Estes dados podem ser determinantes para se poder traçar uma tendência.

A maioria dos empreiteiros que responderam ao inquérito tem idade compreendida entre os 40 a 50 anos (38%) – Gráfico 7.

Dos restantes inquiridos, 30% têm idade compreendida entre os 30 a 40 anos, 26% dos inquiridos têm mais de 50 anos e 6% têm idade compreendida entre os 20 e 30 anos.

---

<sup>17</sup> [www.portugalio.com](http://www.portugalio.com)



**Gráfico 7 – Idade**

Através da comparação entre os dados “Idade” e “Experiência no Ramo” (Tabela 1) podemos concluir que a maior parte dos inquiridos, ou seja, os empreiteiros que têm idade compreendida entre os 40 e 50 anos, têm mais de 15 anos de experiência no ramo da construção civil.

**Tabela 1 – Idade versus Anos de Experiência no Ramo**

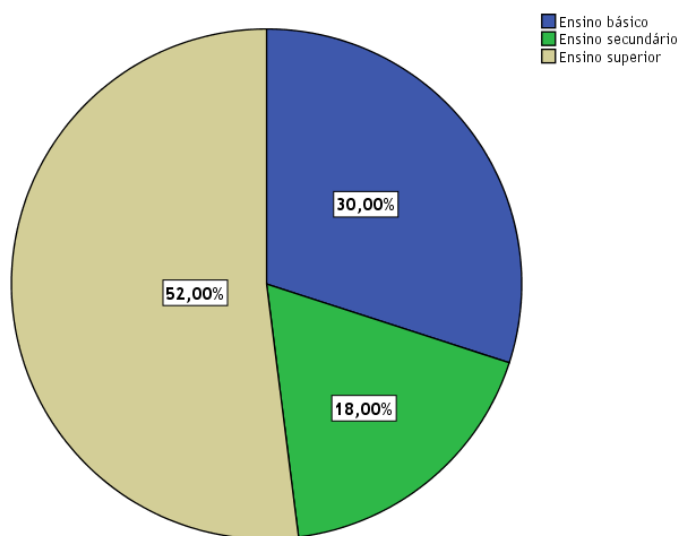
		Idade			
		Entre 20 e 30 anos	Entre 30 a 40 anos	Entre 40 a 50 anos	Mais de 50 anos
<b>Anos de experiência no ramo</b>	Menos de 5 anos	1	0	0	0
	Entre 5 e 10 anos	2	4	0	0
	Entre 10 e 15 anos	0	9	4	1
	Mais de 15 anos	0	2	15	12

Este facto pode também comprovar-se através da Tabela A (ver Anexo), constatando-se que 58% dos inquiridos têm mais de 15 anos de experiência no ramo.

De entre os inquiridos com idade entre os 40 a 50 anos, as habilitações literárias estão uniformemente distribuídas entre o ensino básico, secundário e superior embora haja predominância no ensino superior. Quem possui mais habilitações

literárias são os empreiteiros da faixa etária entre os 30 a 40 anos (Tabela B, em Anexo).

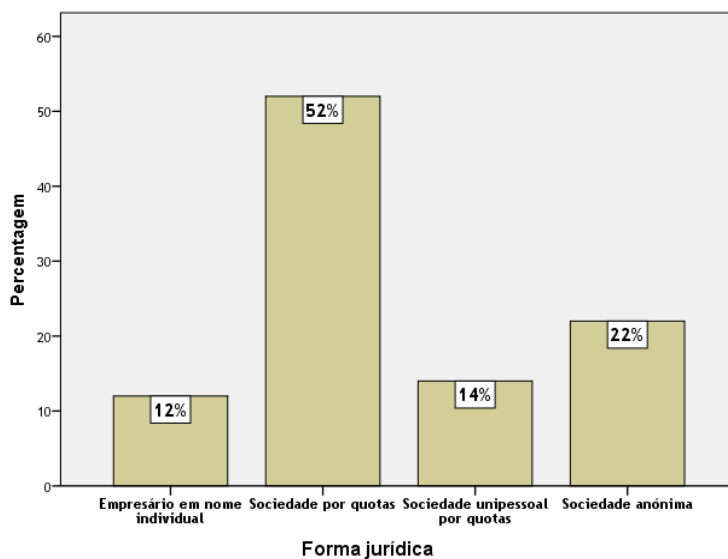
Através dos resultados obtidos (Gráfico 8), podemos concluir que a maior parte dos inquiridos (52%) tem como habilitações o ensino superior o que nos leva a concluir também que a amostra deste estudo tem um grau de formação académica elevado.



**Gráfico 8 - Habilitações**

Dos restantes inquiridos, 30% possuiu o ensino básico e 18% o ensino secundário. Destaca-se a elevada percentagem de inquiridos com ensino básico comparativamente ao ensino secundário. Relativamente ainda ao ensino básico, quem possui este tipo de habilitações é quem tem mais experiência no ramo, como se pode comprovar através da relação existente entre as habilitações e os anos de experiência no ramo (Tabela C, em Anexo).

Através do Gráfico 9 podemos concluir que a maior parte dos inquiridos (52%) trabalha numa sociedade por quotas. Dos restantes inquiridos, 22% trabalham numa sociedade anónima, 14% numa sociedade unipessoal por quotas e apenas 12% são empresários em nome individual.



**Gráfico 9 – Forma Jurídica**

## 2.2. Objetivos e Metodologia

Em conformidade com a revisão bibliográfica e tendo em consideração os objetivos patentes nos estudos analisados, as conclusões a que os autores chegam e o contexto socioeconómico do país onde foram concretizados, procurou-se realizar um estudo semelhante em Portugal, nomeadamente no concelho de Viseu, utilizando a mesma metodologia. A metodologia utilizada nos estudos foi a investigação por questionário. Ao delinear um questionário com base nos estudos analisados, podemos comparar os resultados obtidos pelos diferentes autores com os resultados do nosso estudo de forma a aferirmos sobre a tendência do comportamento antiético que se verifica a nível internacional no setor da construção.

Quivy e Campenhoudt (2008) contemplam que um inquérito por questionário consiste em colocar uma série de perguntas a um conjunto de pessoas, geralmente representativo de uma população, relativas à situação social, profissional ou familiar, às opiniões, à atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às expectativas, ao nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema. Desta forma, o questionário que se elaborou, depois do devido enquadramento teórico da problemática que se pretende estudar, contém questões baseadas nos estudos realizados noutros países com o mesmo tema (Ponto 1.3.). O questionário é composto por três

grupos de questões que incidem sobre dados pessoais (características das pessoas inquiridas), factos (por exemplo, se já foi testemunhado algum tipo de comportamento antiético no setor da construção) e opiniões (por exemplo, sobre a dificuldade em manter uma postura ética dentro do setor, entre outras). O questionário submetido pode ser visto em anexo.

Para Hill & Hill (2009), os dados estatísticos resultam de experiências ou inquéritos conduzidos sobre um conjunto restrito – a amostra – e as conclusões procuram alargar-se a um conjunto mais vasto – a população. No presente trabalho de investigação, optou-se por inquirir uma amostra da população em estudo. A decisão de se optar por não observar a totalidade da população, ou seja, todos os empreiteiros do distrito ou da região de Viseu, prendeu-se essencialmente com a dificuldade existente em termos de tempo e de custo. Neste caso, acredita-se que a amostragem permitiu ultrapassar essa dificuldade.

Assim, após a elaboração do questionário, este foi posteriormente preenchido por cinquenta profissionais do setor da construção civil, nomeadamente empreiteiros, distribuídos pelo concelho de Viseu. Os inquéritos foram preenchidos pelos próprios construtores civis, ou seja, foram administrados diretamente.

Os resultados destes inquéritos por questionário constituem dados de investigação sobre os quais se vão originar interpretações e a partir dessas interpretações chegar a generalizações. Como tal, esses dados foram transpostos para uma base de dados no SPSS (Statistical Package for Social Sciences), a fim de se proceder à sua análise. A análise será apenas descritiva.

Com a análise dos dados, efetuada através de tabelas e gráficos e a sua interpretação, pretende-se avaliar a realidade que os profissionais do ramo da construção civil enfrentam quanto a questões éticas, perceber se têm em consideração questões éticas na sua profissão, se as suas práticas laborais são guiadas por algum código de conduta ética, tanto da empresa onde trabalham como das associações de que poderão ser membros, determinar a existência ou não de comportamentos antiéticos e se existirem, determinar quais são, identificar os motivos que os levam a agir de forma antiética e dar algum contributo



procurando soluções e medidas concretas que combatam esta situação e que protejam os seus interesses e os do público em geral.

Para tal, colocaram-se as seguintes questões de investigação:

- Os profissionais da construção civil conhecem práticas profissionais éticas através de códigos de conduta ética para a profissão?
- Os profissionais da construção civil atuam de acordo com práticas profissionais éticas?
- Quais são os comportamentos antiéticos mais frequentes no setor da construção civil?
- O que leva um profissional da construção civil a agir de forma antiética?

O objetivo deste questionário é dar respostas a estas questões e, ao mesmo tempo, conhecer a perceção e opinião dos construtores civis do concelho de Viseu em relação a questões de ordem ética na sua profissão, nomeadamente, quais os principais comportamentos antiéticos que se verificam, qual a causa da sua existência e quais as soluções possíveis existentes para os poder minimizar (ver inquérito em anexo). Desta forma, pretende-se traçar um perfil generalizado de atitudes e de opiniões dos construtores civis do concelho de Viseu.

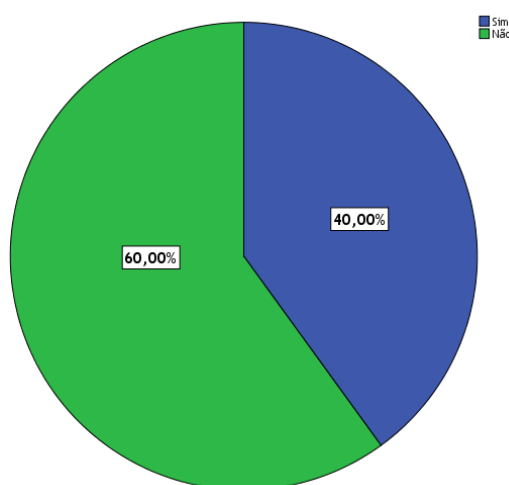
## Capítulo 3. Análise e discussão dos resultados

No terceiro capítulo desta dissertação pretende-se explorar os dados obtidos pelo preenchimento dos inquéritos, concluindo sobre as respostas dadas às questões de investigação levantadas anteriormente. Assim, expõe-se seguidamente quais os principais resultados dos diferentes grupos de questões abordadas no questionário.

### 3.1. Importância dada a organismos profissionais de Construção

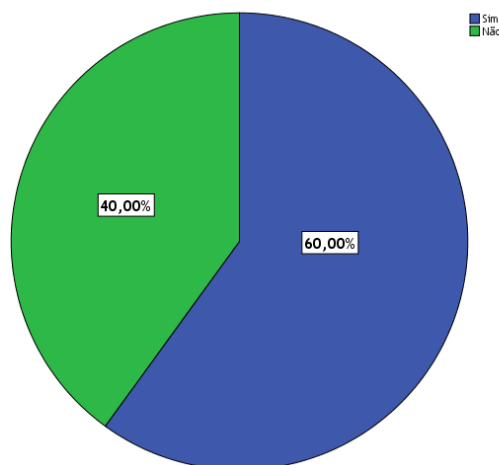
Foi efetuada uma questão no inquérito, sobre os factos que determinam se os empreiteiros pertencem e/ou recorrem a associações que representam os profissionais do ramo, e se existem comportamentos antiéticos no setor da construção civil.

Pelos dados analisados através do Gráfico 10 podemos afirmar que a maioria dos inquiridos (60%) não recorre a associações e organismos destinados ao apoio dos profissionais do setor da construção civil, como por exemplo a Associação de Empresas de Construção, Obras Publicas e Serviços (AECOPS) ou a Associação dos Industriais de Construção e Obras Publicas (AICCOPN) ou até o Instituto da Construção e do Imobiliário (INCI). Dos inquiridos que responderam que recorriam a essas associações e organismos, 80% afirma que estão satisfeitos com as informações que lhe são prestadas.



**Gráfico 10** – Recorre a organismos profissionais

A maioria dos inquiridos (60%) pertence a alguma associação de construção civil, como se pode verificar através do Gráfico 11. Pode ainda acrescentar-se que 59,3% das pessoas que responderam que pertenciam a alguma associação, afirmam que já foram alertadas para questões éticas pela associação a que pertencem.



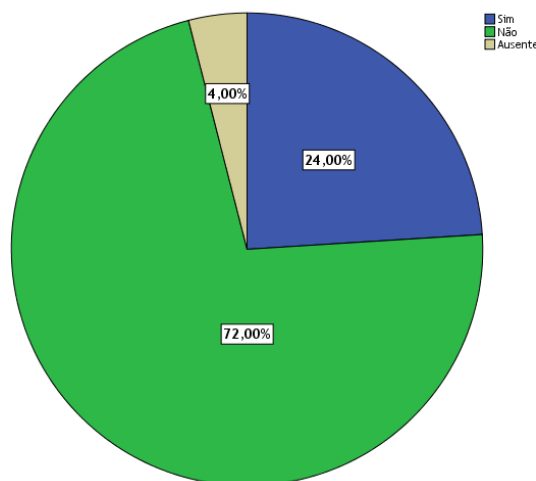
**Gráfico 11** - Pertence a alguma associação

Da análise destes dados podemos concluir que apesar da maioria dos inquiridos pertencer a alguma associação de construção civil, o que acontece na realidade é que não recorrem a estas para obter orientações para o seu negócio, como se constata através da Tabela 2.

**Tabela 2** - Relação entre quem pertence e quem recorre a alguma associação

		Recorre a organismos profissionais para obter informações para o seu negócio?	
		Sim	Não
Pertence a alguma associação de construção civil?	Sim	14	16
	Não	6	14

Quando se coloca a questão sobre o se os empreiteiros estão associados a algum código de ética para a sua profissão, uma esmagadora maioria de 72% dos inquiridos respondeu que não tem acesso a qualquer código de ética para a profissão.

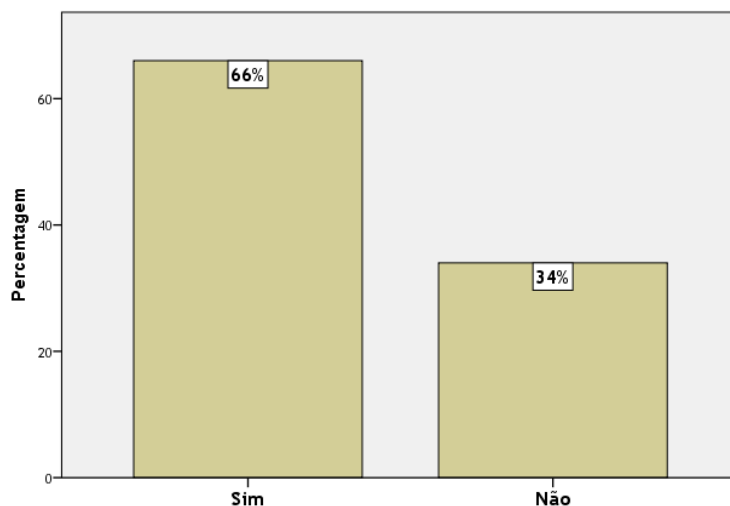


**Gráfico 12 - Acesso a código de ética**

Dos inquiridos que responderam afirmativamente à questão anterior, 60% respondeu que possui um código de ética e que este está associado à empresa onde trabalham.

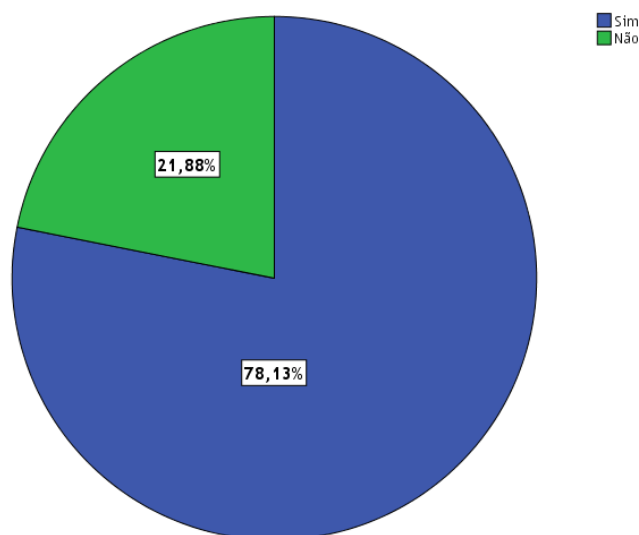
Da observação destes dados coloca-se então uma segunda questão que é saber se os empreiteiros acham que é necessário um código de ética para os poder orientar nas especificidades da sua atividade profissional. A resposta a esta pergunta vem contemplada no terceiro grupo de perguntas do questionário, que diz respeito a opiniões, que analisaremos mais adiante.

À pergunta se já testemunhou ou tem conhecimento que alguém tivesse tido ou esteja a ter algum comportamento antiético no setor da construção civil, a maioria dos inquiridos (66%) respondeu afirmativamente – Gráfico 13.

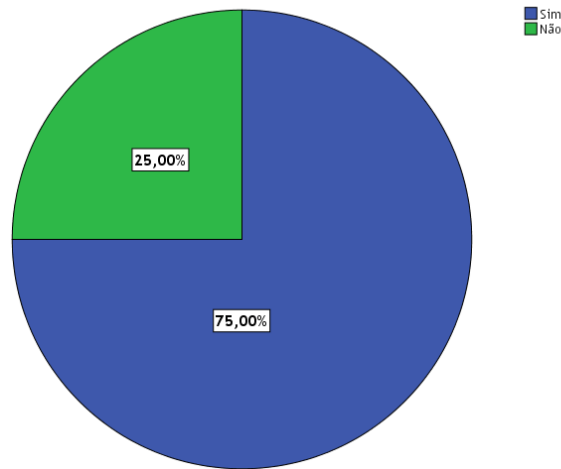


**Gráfico 13 - Já testemunhou comportamentos antiéticos**

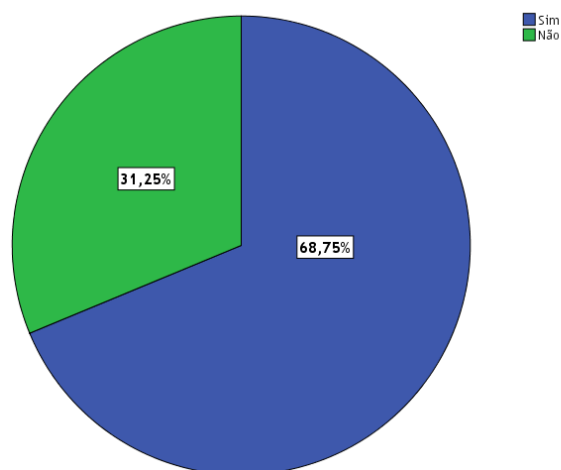
Como se pode comprovar através dos gráficos 14, 15 e 16, os três comportamentos antiéticos mais verificados pelos empreiteiros são: a prática de preços inferiores aos da concorrência, seguido da compra de material de qualidade inferior ao que é adjudicado e por último, a compra de materiais ou equipamentos sem fatura.



**Gráfico 14 - Preços inferiores aos da concorrência**



**Gráfico 15** - Compra de material de qualidade inferior ao que é adjudicado



**Gráfico 16** - Compra de materiais ou equipamentos sem fatura

Destaca-se também o facto do despejo de resíduos em locais proibidos ter uma percentagem de 56% de respostas positivas.

Outros resultados interessantes para esta questão foram que a maioria dos inquiridos (68%) disse não ter testemunhado a utilização de algum tipo de material que seja proibido por lei, contrariando o que se verificava há alguns anos atrás relativamente a substâncias nocivas à saúde tanto dos empreiteiros como dos consumidores finais (ver caracterização do setor, ponto 1.1.2.). Estes resultados podem significar que poderá estar a haver um maior controlo e

fiscalização por parte das autoridades para as condições do trabalho neste campo.

A maioria dos inquiridos (56%) afirmou não ter testemunhado o facto de haver no setor da construção civil trabalhadores não declarados às entidades competentes, nem o facto de haver no setor da construção civil trabalhadores a serem remunerados por valores inferiores aos estipulados por lei (69%). Estes resultados contrariam o que se verificava há alguns anos atrás (ver caracterização do setor, ponto 1.1.4.), o que poderá significar que também neste campo pode haver atualmente um maior controlo e fiscalização por parte das autoridades para as condições do trabalho.

Curiosamente, os resultados para a questão sobre se já testemunhou o facto de não haver faturação ou haver apenas faturação parcial na prestação de serviços de construção civil, foram exatamente metade dos inquiridos a testemunhar a concretização de obras sem faturação ou com faturação parcial e a outra metade a não testemunhar. Este resultado leva a que se analise qual o tipo de inquiridos que respondeu mais vezes “sim”. Ao analisar a relação entre esta questão e as habilitações dos inquiridos, conclui-se que os que mais responderam “sim” foram os que têm formação académica superior (Tabela 3).

**Tabela 3** – Relação entre as habilitações dos inquiridos e quem testemunhou a concretização de obras sem faturação ou com faturação parcial.

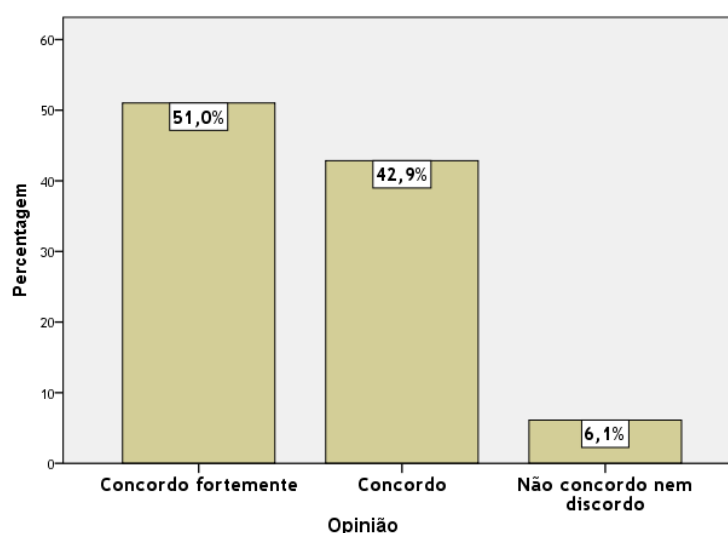
		Habilitações		
		Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior
<b>Concretização de obras sem faturação ou com faturação parcial</b>	Sim	3	1	12
	Não	5	2	9

Outra hipótese poderá ser o facto dos próprios inquiridos que responderam “não” não quererem revelar as suas próprias falhas visto o teor da pergunta ser tão delicado e denunciador.

### 3.2. Ética e a profissão

Foi efetuado um conjunto de questões no inquérito com o objetivo de conhecer quais as opiniões dos empreiteiros relativamente à ética na sua profissão, isto é, perceber qual a perspetiva que os empreiteiros têm sobre determinadas questões de índole ética e saber se as levam em consideração no decorrer do exercício da sua atividade.

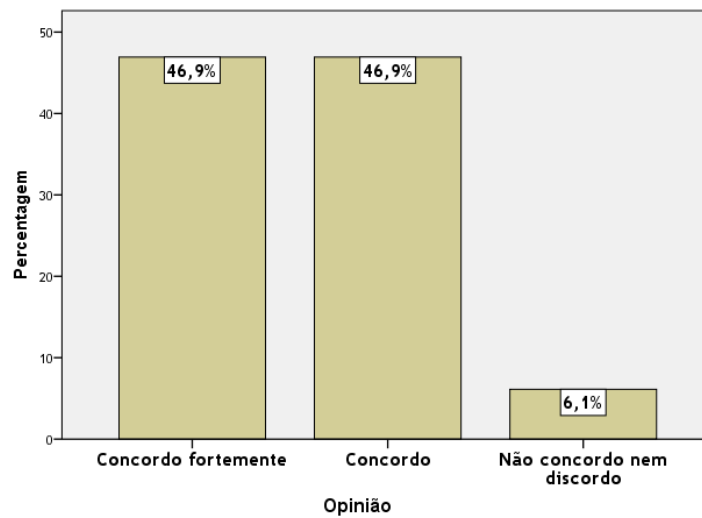
De acordo com o Gráfico 17, 51% dos inquiridos concorda fortemente e 43% concorda que as associações de construção civil devem alertar os seus associados para questões de ordem ética. Assim, pode concluir-se que uma esmagadora maioria dos empreiteiros se preocupa com questões éticas na sua atividade.



**Gráfico 17** - As associações devem alertar para questões éticas

Este resultado confirma-se pela análise da questão sobre se as associações que apoiam a construção civil deviam ter um código de ética que regulamentasse a profissão neste campo. A maioria dos inquiridos respondeu que concordava (47%) ou concordava fortemente (47%), ou seja, no total 94% responderam que concordam com esta questão. (Gráfico 18)

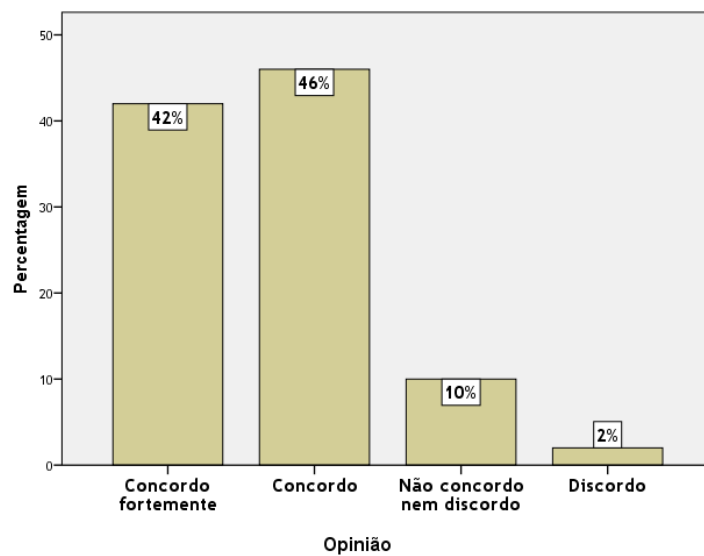




**Gráfico 18** - As associações devem ter um código de ética para os seus associados

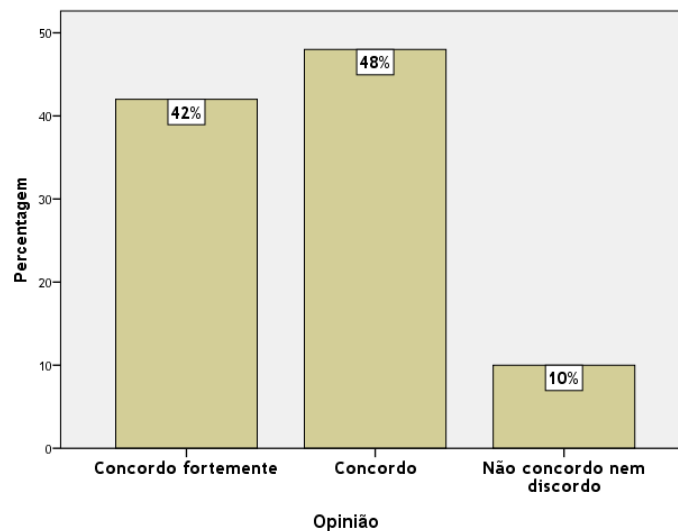
Posto isto, pode afirmar-se que os empreiteiros não só concordam que as associações devem alertar os seus associados para questões éticas como também concordam que elas próprias tenham um código de ética que oriente os empreiteiros no decorrer da sua atividade.

Da mesma forma, quando é colocada a questão sobre se é importante ter um código de ética para o setor da construção civil (Gráfico 19), 46% dos inquiridos responde que concorda e 42% responde que concorda fortemente.



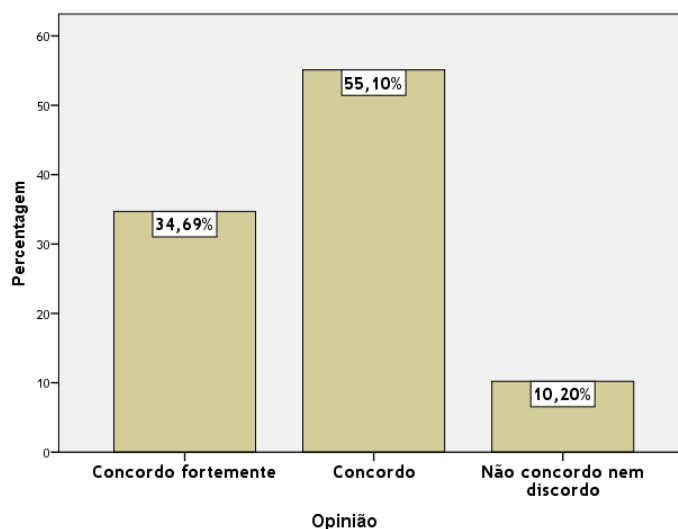
**Gráfico 19** – Importância de um código de ética para a construção civil

Através da análise da resposta à afirmação “as questões de ordem ética são fundamentais para qualquer empresa” pode concluir-se que os empreiteiros têm em consideração questões de ordem ética na gestão da sua empresa com 48% dos inquiridos a responderem que concordam e 42% a responderem que concordam fortemente (Gráfico 20).



**Gráfico 20** - Importância das questões éticas para as empresas

Também 55% dos empreiteiros concordam e 35% concordam fortemente que os comportamentos éticos contribuem para o sucesso da qualquer organização (Gráfico 21). Destaca-se, também aqui, o facto de ninguém ter respondido “discordo” ou “discordo fortemente” a estas questões.

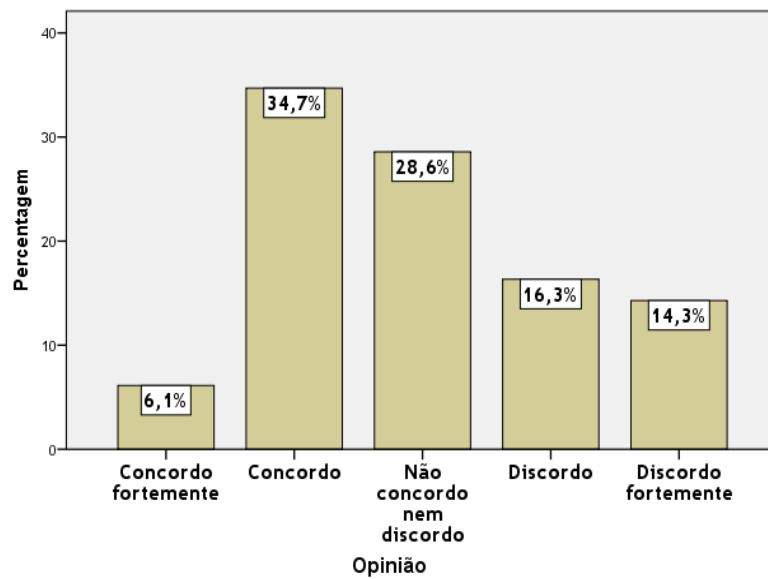


**Gráfico 21** - Contribuição dos comportamentos éticos para o sucesso das empresas

Da análise do Gráfico 21 verificamos que, pelo menos em teoria, há uma preocupação com as questões éticas na atividade de construção civil, manifestada pelos próprios empreiteiros.

A maioria dos inquiridos (35%) concorda que, no que toca ao comportamento antiético na construção civil, o pensamento “se não podes vencê-los junta-te a eles” é comum. Uma minoria dos inquiridos (6%) respondeu que concorda fortemente. Seguidamente o nível que se destaca é “nem concordo nem discordo” (29%) e por fim os níveis “discordo” e “discordo fortemente” (16% e 14% respetivamente) – Gráfico 22.

O resultado desta questão parece contrariar o sentido das respostas dadas às perguntas sobre se as questões de ordem ética são fundamentais para qualquer empresa e sobre se os comportamentos éticos contribuem para o sucesso de uma empresa. Contudo, são questões diferentes.



**Gráfico 22** - O pensamento “se não podes vencê-los, junta-te a eles” é comum no setor da construção

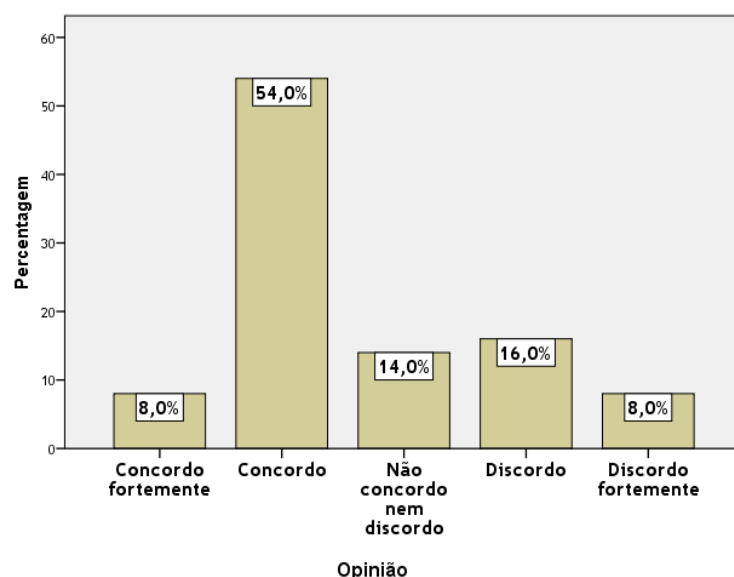
Através da comparação entre as respostas a esta última questão e os anos de experiência no ramo conclui-se que a maior parte das pessoas que concorda com a afirmação anterior são aquelas que têm mais de 15 anos de experiência no ramo, como se pode verificar através da Tabela 4.

**Tabela 4** - Relação da questão “anos de experiência no ramo” com a questão “se não podes vencê-los, junta-te a eles” é comum.

	Anos de experiência no ramo			
	Menos de 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Entre 10 e 15 anos	Mais de 15 anos
Concordo fortemente	0	0	3	0
Concordo	0	3	3	11
<b>3.6<sup>a</sup></b> Não concordo nem discordo	1	2	4	7
Discordo	0	1	2	5
Discordo fortemente	0	0	1	6

<sup>a</sup> No que respeita ao comportamento antiético no setor da construção civil, o pensamento “se não podes vencê-los, junta-te a eles é comum”

A partir do Gráfico 23 verificamos que uma grande parte dos inquiridos (54%) concorda que é difícil ter comportamentos éticos no setor da construção.



**Gráfico 23** - É difícil ter comportamentos éticos no setor da construção

A Tabela 5 demonstra que a maior parte dos inquiridos que respondeu afirmativamente à pergunta “Já testemunhou ou tem conhecimento que alguém tivesse tido ou esteja a ter algum comportamento antiético?” também respondeu que concorda com o facto de ser difícil ter comportamentos éticos no setor. Ainda assim, 7 pessoas responderam que não tinham verificado nenhum comportamento antiético mas concordavam com a questão de ser difícil ter comportamentos éticos no setor onde trabalham.

**Tabela 5** - Relação entre ter testemunhado algum comportamento antiético e ser difícil ter comportamentos antiéticos no setor da construção.

		É difícil ter comportamentos éticos no setor da construção				
		Concordo fortemente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo fortemente
2.4 <sup>a</sup>	Sim	3	20	4	4	2
	Não	1	7	3	4	2

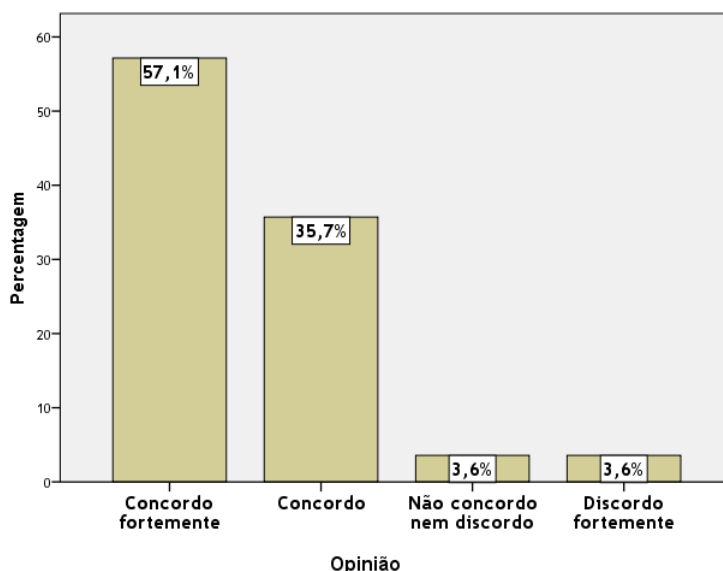
<sup>a</sup> Já testemunhou ou tem conhecimento que alguém tivesse tido ou esteja a ter algum comportamento antiético.

As principais causas do comportamento antiético destacadas por parte dos empreiteiros são: a elevada carga contributiva e fiscal (57% e 55% respetivamente), seguida da crise económica e financeira a que se assiste

atualmente (53%), um fraco sistema de responsabilização e fiscalização (48%) e por fim a existência de uma forte concorrência no setor (46%).

Uma justificação plausível para a percentagem destas repostas ser elevada pode ser o facto de, possivelmente, haver obrigações exigentes a nível social e fiscal que os empreiteiros têm que cumprir que, aliadas à crise económica e financeira a que assistimos leva o setor, tendencialmente, a agir de forma antiética; por exemplo, não declarando todos os gastos com o pessoal (remunerações) nem todos os rendimentos que estão sujeitos a impostos.

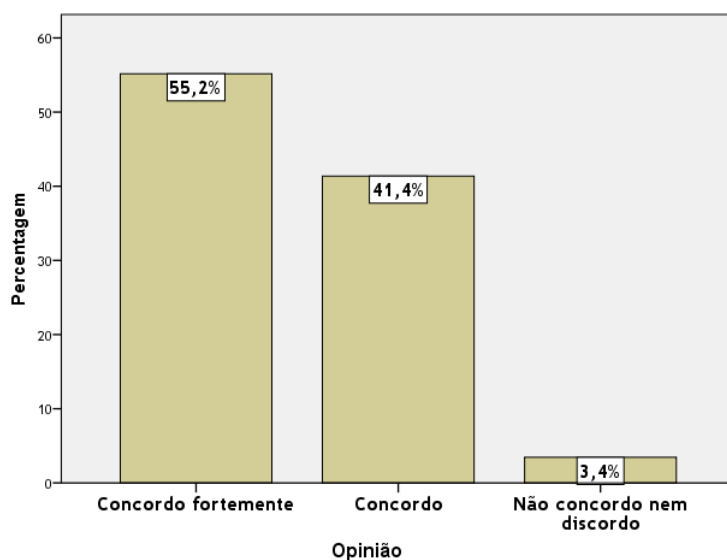
Da mesma forma, podem também ser pressionados a agir como tal, como podemos verificar através da existência de elevada percentagem de resposta concordante nas causas do comportamento antiético “pressão dos clientes” (48%), seguida de “pressão dos fornecedores” (40%) e por fim “pressão dos seus colaboradores”, subempreiteiros, por exemplo, (36%). Os empreiteiros concordam que pode não existir um forte sistema de responsabilização e fiscalização, e como tal, a forte concorrência articulada a uma concorrência “desleal”, quebrando as regras da oferta e da procura, pode ter espaço para existir.



**Gráfico 24 – Elevadas contribuições sociais**

Como demonstra o Gráfico 24, 57% dos inquiridos concorda fortemente que uma das causas do comportamento antiético são as elevadas contribuições sociais. De

facto, uma grande parte dos custos associados a qualquer empresa, são as contribuições sociais pagas pela entidade patronal. Uma das particularidades deste setor económico é a facilidade com que contrata mão-de-obra e, por isso, consegue absorver uma taxa elevada de emprego (ver caracterização do setor, ponto 1.1.4.) pelas características do seu mercado de trabalho. Desta forma, os gastos com o pessoal, relativos a contribuições para a Segurança Social, são avultados.

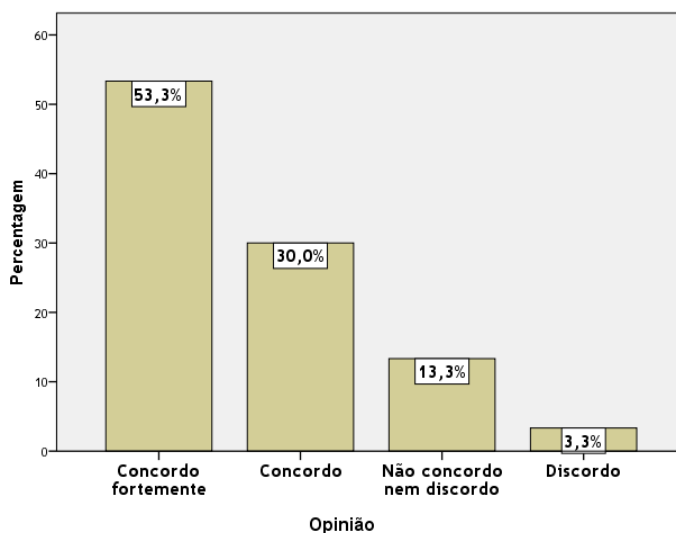


**Gráfico 25 – Elevada carga fiscal**

De acordo com o Gráfico 25, 55,2% dos inquiridos concorda fortemente que uma das causas do comportamento antiético é a elevada carga fiscal associada à atividade de construção civil. A sua prestação de serviços é tributada a 23% de imposto sobre o valor acrescentado (IVA), fora os casos excecionais contemplados na verba 2.27 da lista I do Código do IVA em que uma prestação de serviços pode ser tributada a 6%. De qualquer forma, esta situação leva a que os empreiteiros tenham que entregar IVA ao Estado sobre quantias elevadas, visto que a sua prestação de serviços contempla, também, valores elevados. Por esta via, confirma-se a possibilidade de haver evasão fiscal. Destaca-se aqui o facto de nenhuma resposta ir no sentido “discordo” e “discordo fortemente”.

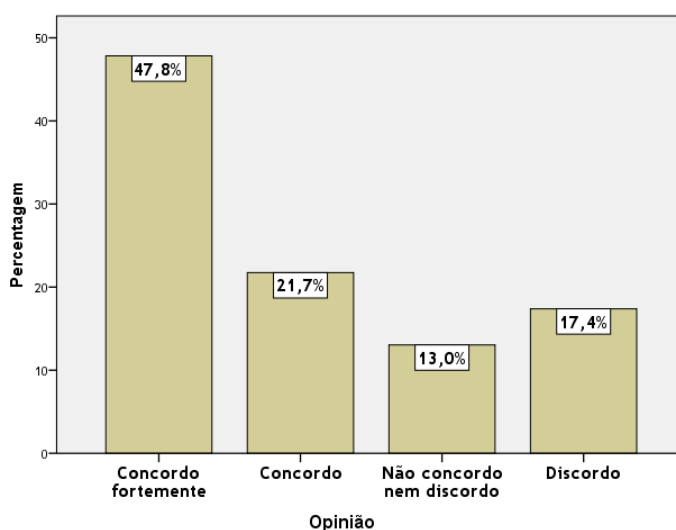
Como se pode perceber através do Gráfico 26, 53,3% dos inquiridos concorda fortemente que uma das causas do comportamento antiético é a crise económica

e financeira que se instalou a nível nacional e também internacional. Este resultado advém da possibilidade de se admitir a existência, no setor da construção, uma economia designada de paralela que tende a aumentar de forma proporcional à existência de períodos de recessão económica (ver caracterização do setor, ponto 1.1.4.).



**Gráfico 26** – Crise económica e financeira internacional e nacional

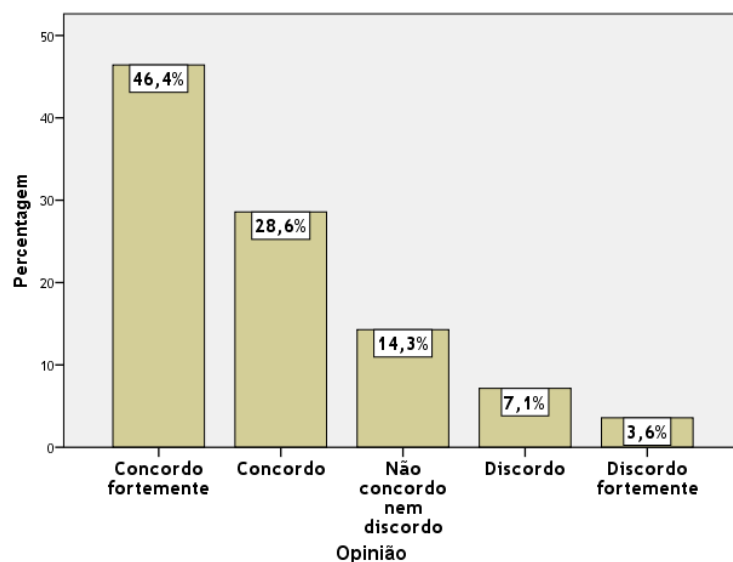
O Gráfico 27 permite constatar que quase 48% dos inquiridos concorda fortemente que uma das causas da existência do comportamento antiético é um fraco sistema de responsabilização e fiscalização.



**Gráfico 27** - Fraco sistema de responsabilização e fiscalização



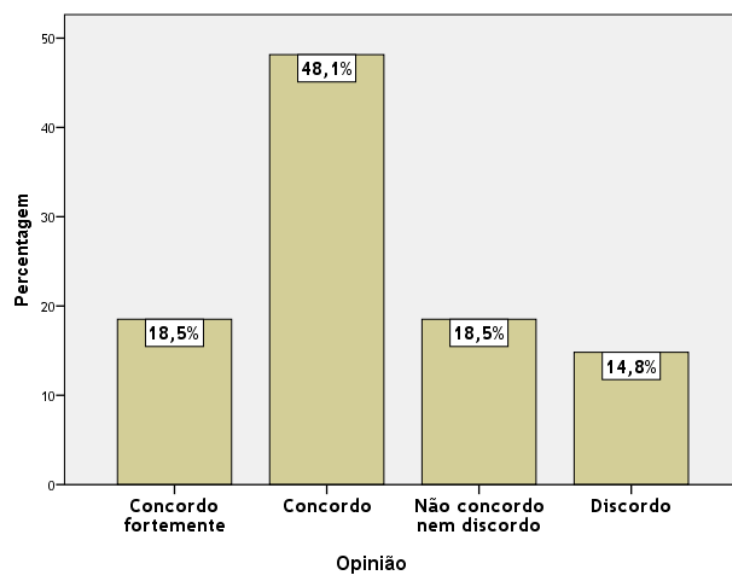
Quando analisamos outra das causas do comportamento antiético que é a forte concorrência, 46,4% dos inquiridos concorda fortemente que uma das dificuldades que o setor atravessa para que os profissionais mantenham uma postura ética é a forte concorrência que existe no setor (Gráfico 28).



**Gráfico 28 – Forte Concorrência**

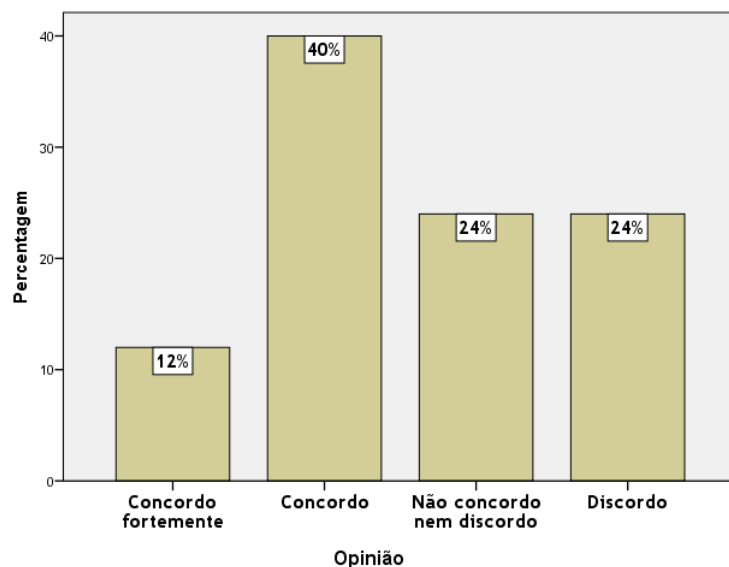
O que pode estar na origem desta última causa do comportamento antiético poderá ser a prática de preços inferiores aos da concorrência, em que 78% dos inquiridos verificou a existência deste comportamento antiético, como já foi referido anteriormente.

Outro dos resultados interessantes é que, de acordo com o Gráfico 29, 48% dos inquiridos, concorda que há pressão dos seus clientes para agirem de forma antiética. Esta situação pode eventualmente verificar-se, por exemplo, quando os empreiteiros prestam os seus serviços por um preço inferior ao praticado na concorrência sem fatura ou documento equivalente.



**Gráfico 29 - Pressão dos clientes**

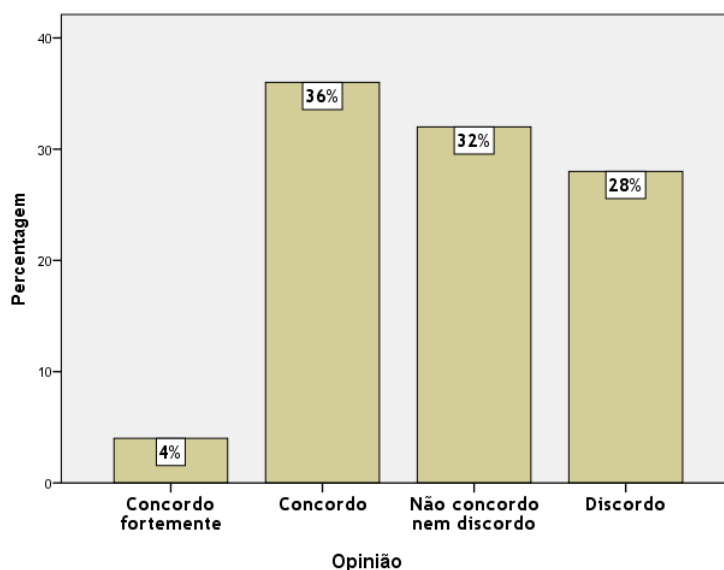
Em conformidade com o Gráfico 30, 40% dos inquiridos concorda que há pressão por parte dos fornecedores para os empreiteiros agirem de forma antiética, atingindo-se a percentagem de 52% quando se incluem os que concordam fortemente.



**Gráfico 30 - Pressão Fornecedores**

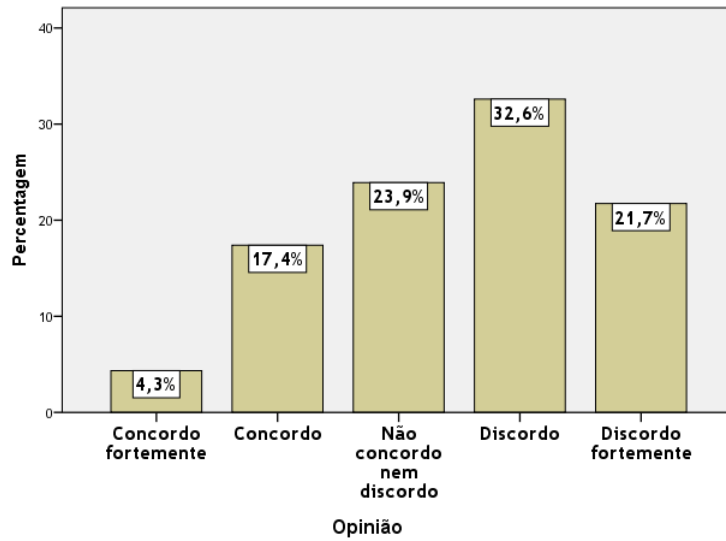
A explicação para esta causa do comportamento antiético poderá ser, por exemplo, quando os empreiteiros pretendem adquirir matérias-primas ou equipamentos para as suas obras e aceitam, dos seus fornecedores, em troca de preços mais favoráveis, vendas sem fatura ou documento equivalente. Este comportamento antiético já foi referido na questão relativa ao testemunho de algum comportamento antiético como a compra de materiais ou equipamentos sem fatura (Gráfico 16), em que quase 69% dos empreiteiros responderam afirmativamente.

Através do Gráfico 31, percebe-se que 36% dos inquiridos concorda que há pressão dos colaboradores para os empreiteiros agirem de forma antiética (40%, incluindo os que concordam fortemente). Esta situação pode surgir por exemplo, quando os próprios subempreiteiros não passam fatura ou documento equivalente da sua prestação de serviços.



**Gráfico 31** – Pressão dos colaboradores

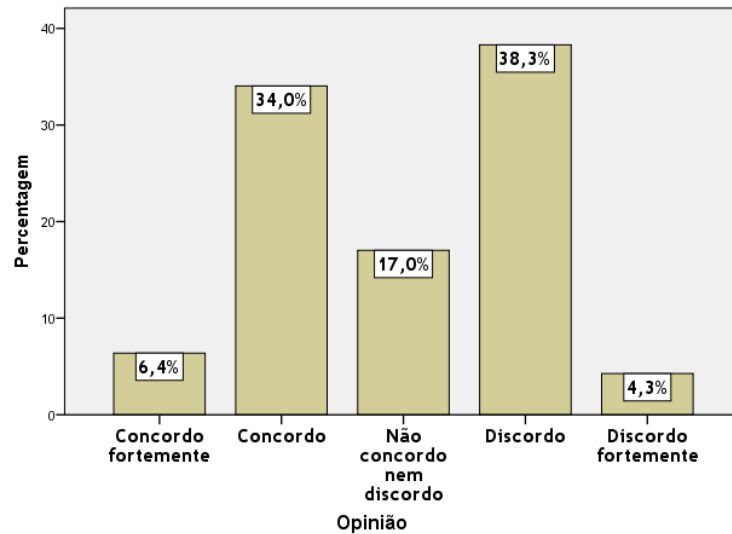
No que diz respeito às preocupações pelos interesses do público em geral, podemos verificar através da visualização do Gráfico 32, que 32,6% dos inquiridos não concorda com a afirmação de que os interesses de um dado cliente se sobrepõem aos interesses do público em geral (segurança, bem-estar, equidade social). De facto, a maioria (54,3%), discorda da afirmação.



**Gráfico 32** - Os interesses de um dado cliente sobrepõem-se aos interesses do público

No entanto, verifica-se a existência de despejo de resíduos em locais proibidos (56% dos inquiridos responderam que já testemunharam esta prática), afetando o ambiente e o bem-estar da população, como já foi referido anteriormente.

Questionados sobre a prevalência sobre valores pessoais, de acordo com o Gráfico 33, 38% dos inquiridos discordam com a afirmação de que uma decisão que melhora a empresa do ponto de vista financeiro prevalece sobre valores pessoais. Estes resultados parecem demonstrar que os empreiteiros agem de acordo com a sua ética pessoal em detrimento de decisões que possam beneficiar de certa forma a sua empresa. É importante ainda destacar que 34% dos inquiridos responderam que concordavam com esta afirmação.



**Gráfico 33** - Uma decisão que melhora a empresa do ponto de vista financeiro prevalece sobre valores pessoais

Questionados sobre a ética e as boas oportunidades de trabalho, a maior parte dos inquiridos (52%) discorda da afirmação de que negócios éticos não criam boas oportunidades de trabalho. Mais uma vez os dados indicam que os empreiteiros se preocupam com questões éticas no exercício da sua atividade. Em concordância com estes dados estão as respostas dadas à questão sobre se os comportamentos éticos contribuem para o sucesso de uma empresa, na qual 55% dos inquiridos concordou com a afirmação.

No entanto, pelo que se observa quando se pergunta aos empreiteiros se já testemunharam ou têm conhecimento que alguém tivesse tido ou esteja a ter algum comportamento antiético, 66% responderam afirmativamente; parece haver um cenário diferente na prática.

**Tabela 6 - Relação entre ter testemunhado algum comportamento antiético e a afirmação “negócios éticos não criam boas oportunidades de trabalho”**

		Já testemunhou ou tem conhecimento que alguém tivesse tido ou esteja a ter algum comportamento antiético	
		Sim	Não
<b>Negócios éticos não criam boas oportunidades de trabalho</b>	Concordo fortemente	1	0
	Concordo	5	0
	Não concordo nem discordo	3	4
	<b>Discordo</b>	<b>15</b>	<b>8</b>
	Discordo fortemente	6	2

Através da comparação destas duas questões verifica-se que a maioria dos empreiteiros que discorda do facto de fazer negócios sem ter em atenção a ética empresarial serão aqueles que mais testemunharam algum comportamento antiético. Reconhece-se coerência nas respostas.

No que diz respeito ao desafio em agir de forma (anti)ética, como se pode constatar através da Tabela 7, 32% dos inquiridos discorda que a construção civil seja constantemente desafiada a agir de forma antiética. No entanto, as respostas dadas quando se pergunta qual a causa do comportamento antiético no setor da construção relativamente à pressão dos clientes, fornecedores e colaboradores, como já foi analisado anteriormente, vão em sentido oposto contrariando a resposta à questão presente, ou seja, os empreiteiros poderão ser de facto desafiados a agir de forma não ética. De destacar que 26% dos inquiridos concordam com esta afirmação.

**Tabela 7 - O setor da construção civil é constantemente desafiado a nível ético**

	Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Concordo fortemente	8	16,0	16,0	16,0
<b>Concordo</b>	13	26,0	<b>26,0</b>	42,0
Válido Não concordo nem discordo	10	20,0	20,0	62,0
<b>Discordo</b>	16	32,0	<b>32,0</b>	94,0
Discordo fortemente	3	6,0	6,0	100,0
Total	50	100,0	100,0	

No que diz respeito a comportamentos antiéticos, podemos verificar através da Tabela 8, que 51% dos inquiridos assume que os comportamentos antiéticos têm aumentado, nos últimos anos, no setor da construção civil. Essa tendência pode ser justificada pelo aumento, também nos últimos anos, da crise económica e financeira internacional e nacional a que se assiste, já que esta é tida como umas das principais causas do comportamento antiético no setor, conforme foi analisado anteriormente.

**Tabela 8 – Nos últimos anos o comportamento antiético tem aumentado**

	Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Concordo fortemente	8	16,0	16,3	16,3
<b>Concordo</b>	25	50,0	<b>51,0</b>	67,3
Válido Não concordo nem discordo	8	16,0	16,3	83,7
Discordo	8	16,0	16,3	100,0
Total	49	98,0	100,0	
Ausente Sistema	1	2,0		
Total	50	100,0		

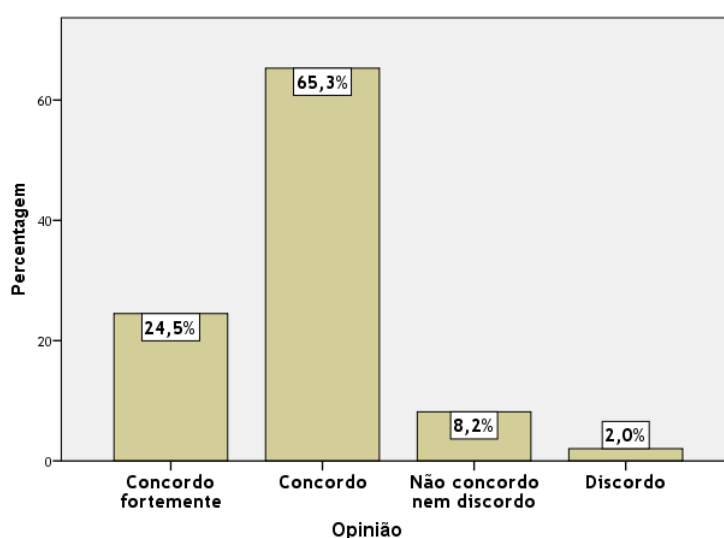
Analisando se a quebra de confiança e reputação no setor da construção civil tem influência sobre o comportamento ético, podemos verificar através da Tabela 9 que 48% dos inquiridos considera que a quebra de confiança e reputação no setor da construção civil podem ser consequências negativas do comportamento antiético. De destacar a percentagem de 30% de respostas no nível “concordo fortemente”. Os dados demonstram que os empreiteiros receiam a reputação e a

confiança que a sua empresa é capaz de transmitir e como tal demonstram ter em consideração que o comportamento antiético pode ser-lhes prejudicial.

**Tabela 9** - A quebra de confiança e reputação no setor da construção civil como consequências negativas do comportamento antiético

	Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
<b>Concordo fortemente</b>	15	30,0	<b>30,0</b>	30,0
<b>Concordo</b>	24	48,0	<b>48,0</b>	78,0
Válido Não concordo nem discordo	7	14,0	14,0	92,0
Discordo	4	8,0	8,0	100,0
Total	50	100,0	100,0	

Questionados sobre a minimização de comportamentos antiéticos, verificamos que 89,8% dos inquiridos (Gráfico 34) revelam que os comportamentos antiéticos podem ser minimizados. Estes dados podem revelar que a existência deste tipo de comportamentos no setor da construção civil é perceptível, como se pode confirmar com a análise dos dados da questão sobre se já testemunhou ou tem conhecimento que alguém tivesse tido ou esteja a ter algum comportamento antiético em que 66% dos inquiridos respondeu afirmativamente e da questão se é difícil ter comportamentos éticos no setor da construção em que 54% dos inquiridos respondeu que concorda com esta questão.



**Gráfico 34** - Os comportamentos antiéticos podem ser minimizados



As principais soluções que os empreiteiros apontam para a minimização do comportamento antiético são: regulamentação e fiscalização, formação ética para os empreiteiros, existência de códigos de ética para a profissão e por fim penas pesadas para quem infringir essas leis.

A esmagadora maioria dos inquiridos que responderam a esta questão concorda (61,9%) e concorda fortemente (23,8%) que a regularização e a fiscalização pode ser um método eficaz para minimizar os comportamentos antiéticos no setor e da construção (Tabela 10). De facto, sendo o “fraco sistema de responsabilização e fiscalização” uma das principais causas do comportamento antiético seria previsível que se obtivesse esta percentagem de resposta.

**Tabela 10 – Regulamentação e fiscalização**

		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
	Concordo fortemente	10	20,0	23,8	23,8
	<b>Concordo</b>	26	52,0	<b>61,9</b>	85,7
Válido	Não concordo nem discordo	5	10,0	11,9	97,6
	Discordo	1	2,0	2,4	100,0
	Total	42	84,0	100,0	
Ausente	Sistema	8	16,0		
Total		50	100,0		

Da mesma forma, 60% dos empreiteiros, que responderam à questão anterior, concordam que a formação ao nível ético seria uma solução para travar o comportamento que existe atualmente (Tabela 11).

**Tabela 11 – Formação ética para empreiteiros**

		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
	Concordo fortemente	13	26,0	32,5	32,5
	<b>Concordo</b>	24	48,0	<b>60,0</b>	92,5
Válido	Não concordo nem discordo	2	4,0	5,0	97,5
	Discordo	1	2,0	2,5	100,0
	Total	40	80,0	100,0	
Ausente	Sistema	10	20,0		
Total		50	100,0		

A maioria dos inquiridos (51,2%) concorda com a existência de códigos de conduta ética para o setor da construção civil (Tabela 12). Esta questão permite compará-la com os resultados da afirmação sobre se é importante ter um código de ética para o setor com a qual a maioria dos empreiteiros (46% concorda e 42% concorda fortemente) concorda.

**Tabela 12 – Existência de códigos de ética para a profissão**

		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Concordo fortemente	11	22,0	26,8	26,8
	<b>Concordo</b>	21	42,0	<b>51,2</b>	78,0
	Não concordo nem discordo	7	14,0	17,1	95,1
	Discordo	1	2,0	2,4	97,6
	Discordo fortemente	1	2,0	2,4	100,0
Total		41	82,0	100,0	
Ausente	Sistema	9	18,0		
Total		50	100,0		

De acordo com a Tabela 13, 51,2% dos inquiridos assume que a existência de penas pesadas para quem infringir a “lei” (o rol de comportamentos éticos a ter, contemplados no possível código de ética para a construção) poderá ser um mecanismo de combate às condutas menos éticas.

**Tabela 13 – Penas pesadas para quem infringir**

		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Concordo fortemente	10	20,0	24,4	24,4
	<b>Concordo</b>	21	42,0	<b>51,2</b>	75,6
	Não concordo nem discordo	9	18,0	22,0	97,6
	Discordo	1	2,0	2,4	100,0
Total		41	82,0	100,0	
Ausente	Sistema	9	18,0		
Total		50	100,0		

Pela observância da Tabela 14, depreende-se que 46,3% dos empreiteiros concorda e 37% concorda fortemente, que tem de haver uma mudança de mentalidade da sociedade em geral para que estes comportamentos deixem de

existir e a construção civil não seja mais desafiada a agir como tal. Destaca-se o facto de nenhuma pessoa ter respondido “discordo” e “discordo fortemente” nesta questão. Podemos associar estas respostas a outra questão realizada em que 48% dos empreiteiros admite que existe pressão pelo lado da procura, ou seja, pelos seus próprios clientes para que hajam de forma antiética. O mesmo acontece com os seus fornecedores e colaboradores.

**Tabela 14 – Mudança de mentalidade da sociedade em geral**

		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	<b>Concordo fortemente</b>	<b>15</b>	<b>30,0</b>	<b>36,6</b>	36,6
	<b>Concordo</b>	<b>19</b>	<b>38,0</b>	<b>46,3</b>	82,9
	Não concordo nem discordo	7	14,0	17,1	100,0
	Total	41	82,0	100,0	
Ausente	Sistema	9	18,0		
Total		50	100,0		

A Tabela 15 demonstra que 43,9% dos empreiteiros inquiridos concordam com a existência de sistemas eficazes de denúncia nas associações e nas instituições públicas do setor (como o INCI) como método minimizador dos comportamentos antiéticos.

**Tabela 15 – Sistemas de denúncia eficazes**

		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Concordo fortemente	13	26,0	31,7	31,7
	<b>Concordo</b>	<b>18</b>	<b>36,0</b>	<b>43,9</b>	75,6
	Não concordo nem discordo	7	14,0	17,1	92,7
	Discordo	2	4,0	4,9	97,6
	Discordo fortemente	1	2,0	2,4	100,0
Total		41	82,0	100,0	
Ausente	Sistema	9	18,0		
Total		50	100,0		

Outra solução apontada pelos empreiteiros é colocar-se mais ênfase na ética e na responsabilização dos critérios de adjudicação, com 42,5% a concordarem

fortemente e 40 % a responder que concordam com esta afirmação. Nesta questão também ninguém respondeu “discordo” ou “discordo fortemente”. No entanto, esta ênfase teria mais credibilidade se fosse acompanhada com um código de ética para a profissão ou apenas o conhecimento da existência deste e das suas punições, se não fosse cumprido.

**Tabela 16** - Ênfase na ética e na responsabilização dos critérios de adjudicação

		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	<b>Concordo fortemente</b>	17	34,0	<b>42,5</b>	42,5
	<b>Concordo</b>	16	32,0	<b>40,0</b>	82,5
	Não concordo nem discordo	7	14,0	17,5	100,0
	Total	40	80,0	100,0	
Ausente	Sistema	10	20,0		
Total		50	100,0		

De acordo com a Tabela 17, 40% dos inquiridos concorda e 35% concorda fortemente que deve haver uma mudança na legislação contributiva, possivelmente na diminuição da carga de contribuições sociais associada a qualquer empresa que tenha vários trabalhadores ao seu serviço como é o caso do setor da construção ser o setor que mais mão-de-obra contrata (ver caracterização do setor). A resposta a esta questão também era previsível visto as elevadas contribuições sociais serem uma das principais causas do comportamento antiético apontado pelos empreiteiros anteriormente. Da mesma forma, 49% dos inquiridos concorda que deve haver uma mudança na legislação fiscal, possivelmente na diminuição da carga fiscal associada ao setor da construção já que uma das principais causas da existência de comportamentos antiéticos apontados pelos empreiteiros são as elevadas contribuições fiscais.

**Tabela 17 - Mudança na legislação contributiva**

		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	<b>Concordo fortemente</b>	14	28,0	<b>35,0</b>	35,0
	<b>Concordo</b>	16	32,0	<b>40,0</b>	75,0
	Não concordo nem discordo	8	16,0	20,0	95,0
	Discordo	1	2,0	2,5	97,5
	Discordo fortemente	1	2,0	2,5	100,0
Total		40	80,0	100,0	
Ausente	Sistema	10	20,0		
Total		50	100,0		

### 3.3. Comparação entre os resultados obtidos e as conclusões de estudos internacionais relacionados com o tema

Fazendo um paralelismo entre os resultados que o presente estudo obteve e os vários artigos analisados na revisão da literatura e que serviram de mote para o presente trabalho, pode dizer-se que algumas conclusões são, de igual modo, semelhantes, convergem no mesmo sentido.

Relativamente às conclusões obtidas por Ameh et al. (2010) pode dizer-se que existe também a política do “Se não podes vencê-los, junta-te a eles” no setor da construção civil no concelho de Viseu, isto porque 34,7% dos inquiridos concorda que, no que toca ao comportamento antiético na construção civil, o pensamento “se não podes vence-los junta-te a eles” é comum. Uma minoria de 6,1% dos inquiridos respondeu que concorda fortemente. O mesmo artigo revela que uma das conclusões a que chegou foi o facto de os empreiteiros afirmarem que as instituições de profissionais do setor têm um papel crucial a desempenhar na redução da conduta antiética na construção. No nosso trabalho, 51% dos inquiridos concorda fortemente e 43% concorda que as associações de construção civil devem alertar os seus associados para questões éticas. Assim, pode concluir-se que a maior parte dos empreiteiros se preocupa com questões éticas na sua atividade.

Uma das conclusões mais importantes referidas por Vee & Skitmore (2003) é que dar prioridade às obrigações para com o público em detrimento das obrigações

para com o cliente pode tornar-se uma tarefa difícil para os profissionais de construção civil pois se a obrigação pública domina a obrigação do cliente, o negócio deixaria de ser viável e, ainda assim, se a obrigação do cliente domina, então a probabilidade de haver uma conduta antiética aumenta. Assim, contrariando esta conclusão, no nosso trabalho, a maioria dos inquiridos não concorda com a afirmação de que os interesses de um dado cliente se sobrepõem aos interesses do público em geral (segurança, bem-estar, equidade social) (ponto 3.2.).

Outra conclusão importante de Vee & Skitmore (2003), é o facto do avanço da ética profissional na construção ser muito dependente da implementação e fiscalização de diretrizes éticas. Ora, no estudo presente, conclui-se que esta situação é de todo semelhante no setor da construção civil do concelho de Viseu, pois os empreiteiros não só concordam que as associações devem alertar os seus associados para questões éticas como também concordam que elas próprias tenham um código de ética que oriente os empreiteiros no decorrer da sua atividade. Da mesma forma, quando é colocada a questão sobre se é importante ter um código de ética para o setor da construção civil, a grande maioria dos inquiridos (88%) concorda com esta questão.

Bowen et al. (2007a) refletem que os organismos profissionais deviam servir para proteger os interesses tanto dos profissionais como dos clientes e do público e garantir que as responsabilidades e obrigações dos profissionais desta área são cumpridas. No nosso estudo, à semelhança desta conclusão, a maioria dos inquiridos (51%) concorda fortemente que as associações de construção civil devem alertar os seus associados para questões éticas.

O estudo de Bowen et al. (2007a) conclui também que, não obstante haver violações, estas profissões levam a sério a questão da ética nos seus negócios e consideram primordial haver um equilíbrio entre os interesses do público em geral e do cliente. No presente trabalho, chega-se a uma conclusão semelhante quando, através da análise da resposta à afirmação “as questões de ordem ética são fundamentais para qualquer empresa”, a maioria dos inquiridos concorda com a afirmação; logo, pode afirmar-se que os empreiteiros têm em consideração

questões de ordem ética na gestão da sua empresa. A grande maioria dos empreiteiros (55%) também concorda que os comportamentos éticos contribuem para o sucesso de qualquer organização. Destaca-se o facto de ninguém ter respondido “discordo” ou “discordo fortemente” a estas duas questões.

Finalmente, Bowen et al. (2007a) evidenciam que ambas as partes envolvidas no negócio (profissionais e clientes) são os culpados de tais infrações e que a situação atual poderia ser bem diferente se houvesse mais informação em relação aos valores dos clientes no seu comportamento, também antiético, perante o público em geral. No nosso estudo revelou-se que 45% dos empreiteiros do concelho de Viseu admite que existe pressão pelo lado da procura (clientes) em agir de forma antiética e que 46% concorda também que uma possível medida para minimizar o comportamento antiético verificado é a mudança de mentalidade da sociedade em geral.

CMAA (2004) revela que 84% dos inquiridos já se depararam com comportamentos que considerariam antiéticos nos seus negócios. De forma semelhante, o estudo presente conclui que 66% dos inquiridos respondeu afirmativamente à pergunta sobre se já testemunhou ou tem conhecimento que alguém tivesse tido ou esteja a ter algum comportamento antiético no setor da construção civil.

Nesse questionário, a maioria vê a necessidade da empresa ter um código de ética assim como compartilhá-lo com os seus colaboradores e parceiros mas poucos praticam esse procedimento. De forma análoga, no nosso estudo, determinou-se que também 46% dos inquiridos concorda que seja importante ter um código de ética que regule a profissão a nível ético.

A maioria (69%) dos inquiridos (CMAA, 2004) disse que a construção precisa de prestar mais atenção à ética nos negócios. A maioria (94%) dos empreiteiros inquiridos no concelho de Viseu revela que as associações deveriam alertar os empreiteiros para questões éticas; logo, indiretamente há um mesmo sentido de preocupação para um panorama de comportamentos antiéticos.

CMAA (2004) revela que apenas 30% tinham programas de ética que eram conhecidos e executados por todos. No nosso estudo, apenas 24% dos inquiridos

informaram que têm acesso a algum código de ética, seja na empresa ou em algum organismo profissional a que pertencem.

Nesse estudo internacional encontrou-se uma grande diferença entre o valor que as pessoas colocam sobre a ética e o que realmente fazem na prática para apoiar os seus valores pessoais. De facto, também no estudo presente parece existir esta diferença quando se analisam várias questões ao mesmo tempo. Por exemplo, 54% dos empreiteiros concorda que é difícil ter comportamentos éticos no setor da construção civil enquanto 52% discorda que negócios éticos não criam boas oportunidades de trabalho assim como a 32,6% também discorda que uma decisão que melhora a empresa do ponto de vista financeiro prevalece sobre valores pessoais.

Outra conclusão a que esse estudo chegou é que existe uma forte inclinação para as associações assumirem a liderança no que toca à elaboração de códigos de conduta e a sua aplicação. Neste ponto há uma incógnita no nosso estudo pois uma das suas principais limitações foi não ter conseguido recolher informação a este nível por parte das associações (informação sobre quais as principais dificuldades com que os empreiteiros se deparam atualmente na prossecução da sua atividade profissional assim como se essas associações possuem um código de ética para os mesmos), das quais não se obteve qualquer resposta neste sentido.

No estudo citado, mais de 90% dos inquiridos pensa que a indústria deve receber mais formação ao nível da ética e 97% pensa que a formação deve começar logo na escola. De forma semelhante e como já foi dito anteriormente relativamente a outros estudos, uma das soluções apontadas pelos empreiteiros do concelho de Viseu para se poder minimizar os comportamentos antiéticos é o facto dos próprios receberem formação sobre ética, embora não tenha sido questionado sobre o melhor momento para receber essa formação.

Contudo, CMAA (2004) evidencia que, antes de haver uma tendência para aumentar este tipo de formação, as empresas e as associações terão de adotar códigos de ética. Quando isso acontecer a formação será mais orientada e a ética tornar-se-á parte de uma estratégia global da empresa. Da mesma forma, 46%



dos empreiteiros inquiridos na presente análise concordam com a questão de poder ter um código de ética que regulasse a profissão; por outro lado, também só desta forma é que uma das soluções apontadas por 42,5% dos inquiridos para a minimização dos comportamentos menos éticos como a ênfase na ética e na responsabilização nos critérios de adjudicação dos contratos pode ser eficaz.

Bowen et al. (2007b) revelam que 98% dos inquiridos pertence a uma associação ou empresa que tem um código de ética (código profissional de conduta). De acordo com os mesmos autores esta é uma indicação de que a maioria dos inquiridos tem, de alguma forma, uma estrutura ética para os orientar na tomada de decisões, para julgar o seu próprio comportamento e defender-se contra o comportamento antiético. Em sentido oposto, o nosso estudo revela que 60% dos inquiridos pertence a alguma associação embora apenas 40% dos inquiridos recorra a essas associações para obter algum tipo de apoio na sua profissão. No entanto e como também já foi evidenciado anteriormente, apenas 24% dos inquiridos informou que está ligado a algum código de ética para a profissão, seja pela empresa ou organismo profissional a que pertence.

O artigo referido revela ainda que 32% dos inquiridos acredita ter havido um aumento na prática antiética ao longo dos últimos dez anos; a indústria da construção Sul-africana teve uma severa recessão durante este período e este tipo de práticas pode ter sido uma resposta ao potencial desastre financeiro. Da mesma forma, quando se pergunta aos empreiteiros inquiridos, do concelho de Viseu se consideram que o comportamento antiético aumentou nos últimos anos, na construção civil, 67% responde que concorda com a afirmação.

Bowen et al. (2007b) mostram que 41% dos inquiridos tinha presenciado ou experienciado suborno no local de trabalho, 86% relataram ter experimentado ou observado negligência profissional no que toca a documentação pobre (63%) e mão-de-obra pobre (52%) e por fim 23% havia experimentado comportamento fraudulento (enganos, informação propositadamente mal dada, encobrimento de mão de obra não qualificada, falsificação de documentos/faturas e construção com materiais mais pobres do que consta no contrato), sendo os técnicos de obra o único grupo que tinha observado este comportamento antiético. Neste sentido,

os principais comportamentos antiéticos verificados pelos empreiteiros do concelho de Viseu foram: a prática de preços inferiores aos da concorrência (78%), a compra de material de qualidade inferior ao que é adjudicado (75%), a compra de materiais ou equipamentos sem fatura (69%) e, por último, o despejo de resíduos em locais proibidos.

No estudo de Bowen et al. (2007b) concluiu-se que os empreiteiros acreditam que o processo de adjudicação do concurso é injusto, e que os profissionais têm de agir com imparcialidade, quando são pressionados pelos clientes para baixar os seus preços. Os técnicos de obra, por sua vez, acreditam que os empreiteiros são repetidamente persuadidos pelos clientes para fazer economias em projetos, ou baixar os seus preços. De forma semelhante, no estudo presente, concluiu-se, como já foi referido anteriormente relativamente a outros estudos, que o empreiteiro, de certa forma, se sente pressionado a agir de forma menos ética quando a maioria dos empreiteiros concorda que haja pressão dos seus clientes, fornecedores e colaboradores a agirem como tal (ponto 3.2.).

É importante destacar também o facto de o artigo de Bowen et al. (2007b) revelar que os profissionais da construção devem comportar-se com integridade profissional, incluindo honestidade e justiça, pois os códigos de conduta profissional implementados pelas várias associações de profissionais, criam uma expectativa por parte dos clientes e do público em geral, relativamente à ética profissional e comportamento antiético.

Esse estudo revela ainda que a necessidade de confiança e cooperação entre os participantes na indústria da construção, como uma proteção contra o comportamento antiético, é claramente importante, ou seja, cada participante tem um papel fundamental, dado que cada um pode definir o ambiente para o comportamento ético ou antiético existir através da aquisição ou negociação. O comportamento antiético está diretamente relacionado com o pensamento da “sobrevivência do negócio” e a maioria dos empreiteiros que se envolvem em práticas corruptas tendem a fazê-lo, não porque querem, mas porque se sentem forçados pela forma como a indústria de construção e o ambiente político operam. No nosso estudo, explorou-se esta questão, no que respeita às causas do

comportamento antiético em que, para além da pressão dos clientes, fornecedores e colaboradores apontadas pelos empreiteiros do concelho de Viseu, as principais causas que os mesmos destacam são as elevadas contribuições sociais e elevada carga fiscal, a crise económica e financeira que Portugal atravessa atualmente, o fraco sistema de responsabilização e fiscalização e por fim a forte concorrência existente no setor da construção.

O que os autores Oyewobi et al. (2011), Alutu & Udhawuve (2009) e Ameh & Odusami (2010) distinguem de mais importante e que podemos comparar com a realidade económico-social do nosso país, é o facto das associações empresariais e profissionais, que representam esta profissão, assim como outros organismos públicos, terem um papel fundamental na promoção da eliminação do comportamento antiético e no desenvolvimento e implementação de ações eficazes de combate a este problema. No nosso estudo revelou-se, como já foi dito anteriormente, que 46% dos empreiteiros concordam que as associações devem alertar os seus associados para questões éticas assim como ter um código de ética para a sua profissão.

Uma conclusão que esses artigos também revelam é que se acredita que uma legislação exequível pode melhorar a transparência e responsabilidade, reduzindo o comportamento antiético, criando um ambiente favorável para a indústria de construção prosperar, operar e melhorar a qualidade e quantidade de infraestruturas, numa base mais sustentável e, assim, promover boas práticas éticas de construção. Da mesma forma, no nosso estudo, ao analisar-se a percentagem de empreiteiros inquiridos no concelho de Viseu que já testemunharam algum comportamento antiético (66%) e a percentagem de pessoas que responderam que não estavam relacionados com nenhum código de ética (72%), assim como a percentagem de pessoas que concorda com a existência de um código de ética para o setor da construção (90%), conclui-se que talvez seja necessário a existência de um código de conduta ética exequível para todos os empreiteiros, a que estes tivessem fácil acesso e que fosse dinâmico ao ponto de ser discutido, divulgado e respeitado.

## **Conclusão**

Na fase inicial deste estudo foram vários os pedidos de informação solicitados junto de associações e instituições do setor como a Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN), a Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços (AECOPS), a Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas (FEPICOP) e o Instituto da Construção e do Imobiliário (INCI). Foram, também, utilizadas várias vias de comunicação no sentido de obtermos respostas. Estes pedidos de informação iam no sentido de solicitar dados que fossem úteis ao presente estudo, nomeadamente relatórios que contivessem dados relevantes sobre a caracterização do setor da construção civil na Região de Viseu, principalmente desde a última década, como sejam: o número de empresas (quantas cessaram e quantas iniciaram a atividade), o tipo de empresas, número de trabalhadores ao serviço, dados de emprego, a sua produção, a sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) entre outros dados económicos e sociais. Solicitava-se também, informação sobre quais os principais problemas com que se deparam atualmente os construtores civis na sua atividade e se a associação/instituição possuía um Código de Ética ou semelhante destinado aos profissionais. Contudo, apenas a AECOPS respondeu ao solicitado, ainda que de forma incompleta. Pretendia-se não só este conjunto de informações para melhor contextualizar e caracterizar a realidade que o setor da construção civil enfrenta e assim enriquecer o trabalho apresentado, mas também a participação e o envolvimento das associações e institutos que apoiam a construção civil em Portugal.

Uma outra limitação existente no decorrer deste trabalho foi o facto de se ter realizado este estudo apenas no concelho e não no distrito ou região de Viseu. Como foi referido anteriormente, na definição da metodologia utilizada para o presente estudo (ver Capítulo 2), a decisão de se optar por não observar a totalidade da população, ou seja, todos os empreiteiros do distrito ou da região de Viseu, prendeu-se essencialmente com razões de tempo e custo.

Por ultimo, o inquérito foi preenchido apenas por alguns profissionais do ramo da construção (empreiteiros) que podiam ser ou não, engenheiros civis. Não foram

inquiridos outros profissionais que interagem também neste setor de atividade e que poderiam dar um bom contributo ao presente estudo, como por exemplo os próprios trabalhadores, proprietários ou técnicos de obras.

Ao analisar a percentagem de empreiteiros inquiridos no concelho de Viseu que já testemunharam algum comportamento antiético (66%) e a percentagem de pessoas que responderam que não estavam relacionados com nenhum código de ética (72%) assim como a percentagem de pessoas que concorda com a existência de um código de ética para o setor da construção (90%) conclui-se que talvez seja necessário a existência de um código de conduta ética exequível para todos os empreiteiros, a que estes tenham fácil acesso e que seja dinâmico ao ponto de ser discutido, divulgado e respeitado.

Assim, um ponto a desenvolver num trabalho futuro e em conformidade com estes resultados, poderia ser analisar como definir e implementar um código de ética para construtores civis, onde e quando o implementar, a quem se destina, quais as medidas nele contempladas e de que organismo partiria a sua regulamentação e fiscalização. Por outro lado, a ênfase na ética e na responsabilização dos critérios de adjudicação apontado pelos empreiteiros do concelho de Viseu como uma das principais soluções para minimizar o comportamento antitético, teria mais força e credibilidade se fosse acompanhada por um código de ética para a profissão, em que o seu acompanhamento e revisão fossem orientados e a sua execução firme. Uma das principais conclusões que podemos tirar deste estudo é que, apesar do cenário que parece existir na realidade, os empreiteiros preocupam-se com questões éticas e com as suas consequências para a sua empresa e o meio envolvente onde exercem a sua atividade.

Outra conclusão que se pode retirar é que a maioria dos empreiteiros concorda que a formação ética poderá ser uma boa solução para minimizar os comportamentos antiéticos. Desta forma, poderia considerar-se também a possibilidade de se estudar a implementação desta formação, como e onde, a que organismo caberia o seu planeamento, acompanhamento e execução. Futuramente poder-se-ia também desenhar programas de formação ética dado que, uma das principais medidas com vista a minimizar a conduta antiética

sugerida pelos empreiteiros do concelho de Viseu, foi a formação no campo da ética para os profissionais do setor da construção civil.

O presente estudo, como já foi referido anteriormente, teve como principal limitação o facto de se aplicar apenas a um concelho do país (concelho de Viseu). Seria extremamente interessante replicar este estudo em mais concelhos do país ou distritos de forma a poder fazer-se um paralelismo entre concelhos, bem como ter uma perceção a nível nacional sobre o assunto e assim também poder confrontar-se conclusões e sugestões a nível internacional.

Tendo em consideração os resultados obtidos neste estudo e a importância que este setor económico alberga por ser uma mais-valia para o desenvolvimento económico-social de um país, pode concluir-se que não só os empreiteiros se preocupam com questões éticas na sua atividade profissional como também pretendem que haja medidas para poder reduzir, ou mesmo eliminar, uma das principais dificuldades que enfrentam, que parece ser a falta de ética na sua profissão. Quando se coloca a questão aos inquiridos se já presenciou algum comportamento que seja considerado antiético uma larga maioria responde afirmativamente. A forte concorrência aliada à prática de preços inferiores à mesma e à falta de regulamentação e fiscalização fazem com que os empreiteiros sintam que habitam num cenário em que se age de forma pouco ética. A crise económica e financeira que se assiste foi também apontada como uma das principais causas do comportamento antiético dentro do setor. Da mesma forma, a elevada carga fiscal e contributiva, assim como a pressão de quem interage diretamente com eles na sua atividade, como clientes, fornecedores e colaboradores, não lhes deixa margem para poderem fazer o que parece que, de facto, pensam da ética empresarial para a sua empresa, nomeadamente que contribui para o seu sucesso e cria boas oportunidades de trabalho. Assim, propõe-se que haja regulamentação e fiscalização eficientes no sentido de se prevenir este tipo de comportamentos, a existência de códigos de ética que ao mesmo tempo regulamentassem as especificidades decorrentes da atividade e punissem quem o desrespeitasse e por fim a formação ética para todos os empreiteiros.

As perguntas de investigação levantadas no início do presente estudo foram:

- Os profissionais da construção civil conhecem práticas profissionais éticas através de códigos de conduta ética para a profissão?
- Os profissionais da construção civil atuam de acordo com práticas profissionais éticas?
- Quais são os comportamentos antiéticos mais frequentes no setor da construção civil?
- O que leva um profissional da construção civil a agir de forma antiética?

Através dos resultados obtidos pelo questionário (Capítulo 3) pode responder-se às questões de investigação colocadas inicialmente. Assim, concluiu-se que:

- os empreiteiros da construção civil, do concelho de Viseu, revelam preocupação por questões de índole ética no decorrer da sua atividade e, como tal, consideram que um código de ética é importante para a sua empresa. No entanto, a grande maioria dos inquiridos não está associado a, nem conhece, um código de conduta ética para a sua profissão. Por outro lado, estes profissionais concordam que é importante que as associações e organismos que regulam e auxiliam o setor, devam alertar os mesmos para questões éticas assim como ter um código de conduta que fosse conhecido, aceite e aplicado à generalidade de todos os profissionais do ramo
- relativamente à segunda questão, conclui-se que, se a maioria dos empreiteiros inquiridos no presente estudo não tem acesso a qualquer código de ética, então não atuam de acordo com nenhum. Mas esta situação verifica-se porque no setor da construção não há um código de ética geral que vincule os seus profissionais, embora estes afirmem que é importante que o setor seja regulado por um. A maioria dos empreiteiros admite que já testemunhou ou tem conhecimento que alguém tivesse tido ou esteja a ter algum comportamento antiético no decorrer da sua atividade profissional. A par desta situação, a maioria dos inquiridos concorda que estes comportamentos podem ser minimizados

- no que diz respeito aos comportamentos antiéticos mais frequentes no setor da construção civil, verificados pelos profissionais do ramo, são: a prática de preços inferiores aos da concorrência, a compra de material inferior ao que é adjudicado e compra de materiais ou equipamentos sem fatura
- quanto à terceira e última questão, o que se verifica através da análise de dados recolhidos, é que a elevada carga fiscal e contributiva assim como a forte concorrência existente no setor, aliada à crise económica nacional e internacional a que se assiste atualmente, são as principais causas apontadas pelos empreiteiros do concelho de Viseu para a existência de comportamentos antiéticos no setor da construção.

Os resultados obtidos foram também comparados, na medida do possível, com outros estudos através do enquadramento teórico que se realizou e concluiu-se que a maior parte destes dados coincidem com o que se verifica a nível internacional, pelo que podemos afirmar que esta tendência parece ser generalizada.

Com este trabalho alcançou-se um dos principais objetivos que era ter uma visão sobre se os construtores civis tinham em consideração questões de índole ética na sua profissão assim como a determinação dos principais comportamentos antiéticos que se verificam no setor e quais as soluções que apontariam no sentido de tentar minimizá-los para assim se poder procurar medidas que possam reduzir ou eliminar estas atitudes.

Assim, espera-se que este estudo possa contribuir de alguma forma para o debate deste tema no que toca a possíveis medidas que possam ser concretizadas a fim de reduzir ou mesmo eliminar este tipo de comportamentos que tanto prejudica o setor e consequentemente o país.



## Bibliografia

- Afonso, F. P., Morais, J., Sequeira, A., Hill, L. (1998). *O Sector da Construção - Diagnóstico e Eixos de Intervenção*. Lisboa: IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento).
- Alutu, O. E., Udhawuve, M. L. (2009). *Unethical Practices in Nigerian Engineering Industries: Complications for Project Management*. *Journal Of Management In Engineering* (January).
- Ameh, O. J., Odusami, K. T. (2010). *Professional's Ambivalence Toward Ethics in the Nigerian Construction Industry*. *Journal of Professional Issues In Engineering Education And Practice* (January).
- Apolinário, M. (2007). *Finalidade Económica, Responsabilidade Social e Ética nas Empresas*. *Revista Dirigir* (2º trimestre).
- Arens, A., Elder, R., Beasley, M. (2006). *Auditing and Assurance Services: An Integrated Approach*. Prentice Hall (11<sup>nd</sup> ed).
- Ashley, Patrícia Almeida (coordenação) (2005). *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. São Paulo: Saraiva.
- Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços (AECOPS) (2011). *Relatório de Contas de 2010*. AECOPS.
- Australian Procurement and Construction Council (1999). *National Code of Practice for the Construction Industry: Towards Best Practice Guidelines*. Australian Procurement and Construction Council.
- Baganha, M., Marques, J., Góis, P. (2000). *O Setor da Construção Civil e Obras Públicas em Portugal 1990-2000*. Observatório das PME.
- Barata, A. S. (1999). *Contabilidade, Auditoria e Ética nos Negócios*. Editorial Notícias.

- Bowen, P., Akintoye, A., Pearl, R., Edwards, P. J. (2007b). *Ethical Behaviour in the South African Construction Industry*. Construction Management and Economics (June) 25. 631–648.
- Bowen, P., Pearl, R., Akintoye, A. (2007a). *Professional ethics in the South African Construction Industry*. Building Research & Information 35(2). 189–205.
- Cabral, R. (2000). *Temas de Ética*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia UCP.
- Campenhoudt, L. V. , Quivy,R. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva Publicações.
- Chauí, M. (1997). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática
- Comparato, F. K. (2006). *Direito Moral e Religião no Mundo Moderno*. Companhia das Letras.
- Construction Management Association of America (CMAA) (2004). *Survey of Construction Industry - Ethical Practices Today*. FMI/CMAA. E.U.A.
- Cruz, S. (2007). *Inovação em Portugal: o Caso do Setor da Construção*. Aveiro: Publicações da Universidade de Aveiro.
- Dias, J. M. B. (2004). *Ética e Educação*. Publicações da Universidade Aberta.
- Drucker, P. F. (1981). *What is business ethics?*. Public Interest nº63. 18-36.
- Friedman, M. (1970). *The Social Responsibility of Business Is to Increase its Profits*. New York Times Magazine (September). Rewriter for Thomas Donaldson and Al Gini. Case Studies in Business Ethics (4th edition). Prentice-Hall (19xx). 56-61.

- Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento), Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (Ministério das Finanças) (2011). *Boletim Mensal de Economia Portuguesa nº 08*. (Agosto).
- Gates, J. B. (2004). *The Ethics Commitment Process: Sustainability through Value-Based Ethics*. *Business and Society Review* 109(4). 493-505.
- Hill, A., Hill, M. M. (2009). *Investigação por Questionário*. Lisboa. Edições Silabo.
- Instituto para a Inovação na Formação (2000). *Construção Civil e Obras Públicas em Portugal (estudos sectoriais)*. Lisboa: Instituto para a Inovação na Formação.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2007). *Classificação Portuguesa das Atividades Económicas Rev. 3*. INE.
- Jong, M., Henry, W. P., Stansbury, N. (2009). *Eliminating Corruption in Our Engineering: Construction Industry*. ASCE – American Society of Civil Engineers.
- Kant, I. (1949). *Fundamental Principles of the Metaphysics of Morals*. Retrieved from: <http://ebooks.adelaide.edu.au/k/kant/immanuel/k16prm/>.
- LaFollette, H. (2001). *Ethics in Practice*. Londres: Blackwell
- Martins, S. (2008). *Análise do setor da Construção civil e Obras Públicas*. Universidade do Minho.
- Martínez, A. M. (2004). *La ética en la construcción, un valor esencial y estratégico*. *Revista Construcción MARZO*. Página 44.
- Mautner, T. (2010). *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Edições 70.
- Moreira, J. M. (2008). *A Contas com a Ética Empresarial*. Princípia.

- Moreno, C., Nunes, E., Branco, M. A., Peixoto, H., Castro do Nascimento, I. (1999). *Construção Civil e Obras Públicas: Atração e Repulsão em Termos de Emprego*. Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Nadeem, E., Sohail, A., Muhammad, T. (2009). *Professional Ethics in Construction Industry of Pakistan*. World Congress on Engineering (Vol. 1). 729-733.
- Nash, Laura (1993). *Ética nas empresas: boas intenções à parte*. São Paulo: Makron Books.
- Neves, J. C. (2008). *Introdução à ética empresarial*. Princípia.
- Oyewobi, L.O., Ganiyu, B.O., Oke, A.A., Ola-Awo, A.W., Shittu, A. A. (2011). *Determinants of Unethical Performance in Nigerian Construction Industry*. Journal of Sustainable Development. Federal University of Technology. Nigeria.
- Pérez, E. B. (2008). *Ética En La Industria De La Construcción*. Revista “Planos y Capacetes” (Marzo).
- Rachels, J. (2004). *Elementos de Filosofia Moral*. Lisboa: Gradiva
- Rego, A., Cunha, M. P., Costa, N. G., Gonçalves, H., Cabral-Cardoso, C., (2006). *Gestão Ética e Socialmente Responsável: Teoria e Prática*. Lisboa: RH Editora.
- Shields, C. (2006). *Aristotle*. Londres: Routledge.
- Singer, P. (1993). *A Companion to Ethics*. Oxford: Blackwell
- Singer, P. (2000). *Ética Prática*. Lisboa: Gradiva
- Vargas, A. (2012). *Perigo do Amianto nos Edifícios Públicos*. Revista Engenharia & Construção (Fevereiro).
- Valls, A. (1998). *O Que é a Ética*. São Paulo: Brasilense.

- Vázquez, A. S. (2005). *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 27ª.ed
- Vee, C., Skitmore, M. (2003). *Professional Ethics In The Construction Industry*. For Engineering, Construction and Architectural Management. Australia.

# Anexo

## Inquérito



No âmbito de uma dissertação de mestrado em contabilidade e auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, numa altura em que se assiste a uma crise não só económico-financeira mas também de valores e atitudes, pretende-se averiguar se os construtores civis do concelho de Viseu agem de acordo com padrões de conduta ética relativamente à prossecução da sua atividade económica nomeadamente em trabalhos destinados a pessoas particulares (consumidores finais) assim como a sua opinião sobre o tema. Nesse sentido solicita-se a resposta ao presente questionário, cujas respostas são fundamentais para o sucesso deste estudo e os resultados obtidos de extrema importância.

O questionário é anónimo e confidencial, tendo como objetivo o uso de dados para fins estatísticos.

Obrigada pela sua colaboração!

### Idade:

- Entre 20 a 30 anos
- Entre 30 a 40 anos
- Entre 40 a 50 anos
- Mais de 50 anos

### Habilitações:

- Ensino básico
- Ensino secundário
- Ensino superior

### Anos de experiência no ramo:

- Menos de 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 10 e 15 anos
- Mais de 15 anos

### Forma jurídica:

- Empresário em nome individual
- Sociedade por quotas
- Sociedade unipessoal por quotas
- Sociedade anónima
- Estab. Ind. Respons. Limit. (E.I.R.L.)
- Outro: \_\_\_\_\_

## 2. Factos

Responda às seguintes questões com "sim" ou "não":

1. Recorre a organismos profissionais (associações ou instituições do setor) para obter orientações para o seu negócio?

Sim

Não

1.1. Em caso afirmativo, está satisfeito com a informação que lhe é prestada?

2. Pertence a alguma associação de construção civil (Ex.: AECOPS ou AICCOPN)?

2.1. Em caso afirmativo, já alguma vez foi alertado pela associação a que pertence sobre questões éticas na sua profissão?

3. Tem acesso a algum código de ética na sua profissão?

3.1. Em caso afirmativo, o código de ética pertence: Empresa: \_\_\_\_\_ Associação: \_\_\_\_\_ Outro: \_\_\_\_\_

4. Já testemunhou ou tem conhecimento que alguém tivesse tido ou esteja a ter algum comportamento antiético?

4.1. Em caso afirmativo, assinale os comportamentos observados:

A. Praticar preços inferiores aos da concorrência

B. Compra de material de qualidade inferior ao que é adjudicado

C. Compra de materiais ou equipamentos sem fatura

D. Trabalhadores remunerados por valores inferiores aos estipulados por lei

E. Trabalhadores não declarados às entidades competentes

F. Despejo de resíduos em locais proibidos

G. Concretização de obras sem faturação ou com faturação apenas parcial

H. Prestação de serviços como meio de pagamento de outros serviços solicitados pelo empreiteiro

I. Utilização de algum tipo de material que não é permitido por lei

J. Divulgação de informação confidencial para benefício próprio ou de outrem

L. Outro: \_\_\_\_\_

### 3. Opiniões

Dê a sua opinião relativamente às afirmações que se apresentam de acordo com os seguintes níveis:

1 - Concordo fortemente      2 - Concordo      3 - Não concordo nem discordo      4 - Discordo      5 - Discordo fortemente

	1	2	3	4	5
1. As associações de construção civil (AECOPS e AICCOPN) devem alertar os seus associados para questões éticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. As associações de construção civil devem ter um código de conduta ética para os profissionais do ramo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Ter um código de conduta ética é importante para a minha profissão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. As questões de ordem ética são fundamentais para qualquer empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Os comportamentos éticos contribuem para o sucesso de uma empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. No que respeita a comportamentos antiéticos no setor da construção civil, o pensamento "Se não podes vencê-los, junta-te a eles" é comum	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. É difícil ter comportamentos éticos no setor da construção civil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7.1. Se respondeu 1 ou 2, essa dificuldade deve-se a:

A. Crise económica e financeira internacional e nacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
B. Elevada carga fiscal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
C. Elevadas contribuições sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
D. Pressão dos trabalhadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
E. Pressão dos clientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
F. Pressão dos fornecedores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
G. Pressão dos colaboradores (Subempregados, por exemplo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
H. Pressão dos sócios ou gerentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I. Fraco sistema de responsabilização e fiscalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
J. Forte concorrência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
L. Outro: _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>





**Tabela A – Anos de experiência no ramo**

	Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Menos de 5 anos	1	2,0	2,0	2,0
Entre 5 e 10 anos	6	12,0	12,0	14,0
Entre 10 e 15 anos	14	28,0	28,0	42,0
Mais de 15 anos	29	58,0	58,0	100,0
Total	50	100,0	100,0	

**Tabela B – Relação entre idade e habilitações**

		Idade			
		Entre 20 e 30 anos	Entre 30 a 40 anos	Entre 40 a 50 anos	Mais de 50 anos
<b>Habilitações</b>	Ensino básico	0	2	4	9
	Ensino secundário	1	2	6	0
	Ensino superior	2	11	9	4

**Tabela C - Relação entre habilitações e anos de experiência no ramo**

		Habilitações		
		Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior
<b>Anos de experiência no ramo</b>	Menos de 5 anos	0	0	1
	Entre 5 e 10 anos	2	1	3
	Entre 10 e 15 anos	0	4	10
	Mais de 15 anos	13	4	12

Tabela D – Obstáculos à atividade de construção civil

Actividade económica (CAE Rev. 3)	Obstáculos à actividade	Período de referência dos dados											
		Obstáculos à actividade (%) da construção por Actividade económica (CAE Rev. 3) e Obstáculos à actividade; Mensal											
		Julho de 2011	Julho de 2010	Julho de 2009	Julho de 2008	Julho de 2007	Julho de 2006	Julho de 2005	Julho de 2004	Julho de 2003	Julho de 2002	Julho de 2001	Julho de 2000
Total	Insuficiência da procura	76,8	82,6	79,7	77	78	80	73	78	75	57	45	29
	Condições climáticas desfavoráveis	1,4	6,1	1,4	2,1	3,1	1,1	1,1	1,1	2,1	2,1	9,1	5,1
	Dificuldade em recrutar pessoal qualificado	6,9	9,2	9,7	12,4	13,4	11,4	11,4	12,4	16,4	43,4	59,4	59,4
	Falta de materiais	1,1	2,3	2	2,3	3,3	1,3	2,3	5,3	2,3	2,3	3,3	3,3
	Deterioração das perspectivas de venda	55,2	53,1	54,5	46,3	39,3	41,3	43,3	44,3	43,3	27,3	15,3	15,3
	Nível da taxa de juro	38,5	24,8	19,8	36,8	24,8	9,8	3,8	3,8	3,8	11,8	18,8	18,8
	Dificuldade na obtenção de crédito bancário	49	43,8	42,6	19	9	10	5	12	17	9	0	2
	Dificuldade na obtenção de licenças	17,8	21,7	20,6	23,8	22,8	20,8	23,8	21,8	17,8	29,8	23,8	18,8
	Nenhum obstáculo	14,7	18,8	25,6	30,9	28,9	31,9	29,9	26,9	26,9	30,9	32,9	35,9
	78,6	85	84,4	76,8	77,8	82,8	73,8	81,8	76,8	58,8	58,8	27,8	
Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	Insuficiência da procura	0,6	3,4	1	-1	0	-2	-1	-1	0	0	3	0
	Condições climáticas desfavoráveis	6,4	6,9	7,5	12,3	14,3	11,3	9,3	12,3	16,3	43,3	58,3	57,3
	Dificuldade em recrutar pessoal qualificado	0,7	1	0,9	0,8	1,8	-0,2	2,8	3,8	1,8	1,8	1,8	3,8
	Falta de materiais	64,8	61,4	57,6	56,4	47,4	49,4	51,4	53,4	51,4	29,4	20,4	19,4
	Deterioração das perspectivas de venda	43,6	27	24,4	47,3	34,3	13,3	6,3	7,3	7,3	19,3	28,3	30,3
	Nível da taxa de juro	58,4	55,8	52,4	30,6	16,6	14,6	11,6	19,6	24,6	11,6	3,6	7,6
	Dificuldade na obtenção de crédito bancário	18,4	25,9	27,3	31,7	30,7	27,7	31,7	27,7	22,7	40,7	35,7	28,7
	Dificuldade na obtenção de licenças	-33,7	-20,5	-27	-7,7	-15,7	-18,7	-12,7	-18,7	-17,7	-12,2	-2,2	-0,2
	Nenhum obstáculo	79	82	74,4	83,2	83,2	76,2	72,2	73,2	73,2	58,2	35,2	35,2
	1,6	9,9	0,9	3,9	5,9	2,9	2,9	2,9	4,9	2,9	13,9	10,9	
Engenharia civil	7,1	13,4	16,5	14,1	12,1	11,1	15,1	13,1	16,1	46,1	60,1	61,1	
	1,9	3,3	4,6	2,2	3,2	2,2	1,2	8,2	2,2	1,2	3,2	3,2	
	50,2	48,2	56,4	37,1	36,1	37,1	38,1	42,1	42,1	40,1	26,1	26,1	
	39,3	26,4	20,3	24,5	10,5	10,5	4,5	5,5	5,5	7,5	12,5	8,5	
	Nível da taxa de juro	43,1	31,3	42,6	10,4	5,4	6,4	11,4	16,4	20,4	8,4	6,4	
	Dificuldade na obtenção de crédito bancário	25,2	23,4	18,5	13,2	18,2	20,2	19,2	18,2	20,2	20,2	18,2	
	Dificuldade na obtenção de licenças	15,7	14,2	14	18,9	16,9	16,9	14,9	13,9	20,9	26,9	26,9	
	Nenhum obstáculo	69,7	78	76,3	x	x	x	x	x	x	x	x	
	2,8	7,2	2,8	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Actividades especializadas de construção	7,6	8,7	5	x	x	x	x	x	x	x	x	x
0,9		3,8	1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
40,7		41,1	45	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
26,1		17,6	8,5	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Dificuldade na obtenção de crédito bancário		35,9	34,1	20,6	x	x	x	x	x	x	x	x	
Dificuldade na obtenção de licenças		6,2	10	8,2	x	x	x	x	x	x	x	x	
Nenhum obstáculo		28,4	32,9	46,7	x	x	x	x	x	x	x	x	

Obstáculos à actividade (%) da construção por Actividade económica (CAE Rev. 3) e Obstáculos à actividade; Mensal - INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Construção e Obras Públicas

Sinais convencionais: x: Dado não disponível

Fonte: w w w .ine.pt, último acesso em 10-10-2011

Última actualização destes dados: 29 de Setembro de 2011